TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC: 0000000002784 / 026 / 00 FOLHA: 2

SRA. DIRETORA TÉCNICA DA D.E.

NOS TERMOS DO MEMORANDO GDF-8 N. 0000001 / 2000 PROTOCOLAMOS E AUTUAMOS O PRESENTE PROCESSO, QUE ABRIGARA A PRESTACAO DE CONTAS DO MUNICIPIO:
PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
RELATIVO AO EXERCICIO DE 2000.

D.E.-4, EM 13 / 01 / 2000

MAURA ALBINA MASSARDI DE SENA
AGENTE FISC. FINANCEIRA
CHEFE SUBST.

VISTO.
ENCAMINHE-SE AO D.S.F.-2 , EM TRANSITO PELO GABINETE DA PRESIDENCIA, PARA FINS DE DISTRIBUIÇÃO.

G.D.E., EM 13 / 01 / 2000

VALÉRIA F. R. M. GUILHERME
DIRETORA TÉCNICA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

FL. 3

DISTRIBUICAO ALEATORIA DE PROCESSO

PROCESSO : 000000000002784 / 026 / 00

MATERIA TRATADA: CONTAS MUNICIPAIS

INTERESSADO : PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

OBJETO :

RELATOR : DR.ECR EDGARD CAMARGO RODRIGUES

PROCESSO DISTRIBUIDO EM 10/02/2000 ,ATRAVES DE SISTEMA ALEATORIO E EQUITATIVO, CONFORME RELATORIO AUTENTICADO PELA PRESIDENCIA E ARQUIVADO NO GABINETE DA PRESIDENCIA SOB LOTE NUMERO 00000030 E ORDEM 000000005 .

CLAU7MOU

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURISCA DE HOLAMBRA

Resolução nº 9/98
Instruções nº 2

I - Relatório de atividades desenvolvidas e dados estatísticos, na seguinte apresentação:

a) Atividades desenvolvidas: exposição sobre as demonstrações contábeis e seus resultados, e as principais realizações nas diversas áreas do governo municipal:

Os resultados constantes dos documentos relacionados, com suas peças analíticas complementares, objetivam oferecer condições para uma visão da situação econômico-financeiro que, de modo geral, reflete toda a ação administrativa desta Prefeitura.

A execução orçamentária foi realizada em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, que ESTATUI NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO para elaboração e controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, conforme pode ser observado nas peças contábeis que acompanham a presente prestação de contas.

Assim sendo, passamos à análise do Balanço Geral do exercício de 2.000 em seus aspectos orçamentários, financeiro, econômico e patrimonial.

I - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A Lei Municipal de nº 322 de 27/10 ano 1999 , que aprovou o orçamento para o exercício que se examina, estimou a Receita e fixou a Despesa, na importância de R$ 10.800.000,00 (Dez milhões, oitocentos mil reais), ficando previsto , portanto, perfeito equilíbrio.

1 - RECEITA

1.1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de ordem de R$ 10.876.196,81(Dez milhões oitocentos, setenta e seis mil cento e noventa e seis reais e oitenta e um centavos), verificando-se, pois, uma arrecadação à maio de R$ 76.196,81(setenta e seis mil cento e noventa e seis reais e oitenta e um centavos).

2 - DESPESA

2.1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Na execução orçamentária da Despesa, suplementou-se o valor de R$ 3.975.173,33 (três milhões novecentos e setenta e cinco mil cento e setenta e três reais e trinta e três centavos), provenientes de créditos adicionais, como segue:

Suplementares	R$	3.049.830,00
Especiais	R$	125.000,00
Excesso	R$	800.343,33
TOTAL	**R$**	**3.975.173,33**

Os recursos utilizados na oportunidade para abertura desses créditos, foram de anulação de dotações, crédito especial, alterando, portanto, o valor da Despesa Fixada, porém a Despesa Empenhada no exercício atingiu a cifra de R$ 11.579.455,42 (onze milhões quinhentos e setenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reis e quarenta e dois centavos), resultando numa despesa efetivamente inferior à fixada em R$ 779.455,42 (setecentos e setenta e nove mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e dois centavos).

O movimento da despesa assim se resume :

FIXADA	EMPENHADA	DIFERENÇA
R$ 10.800.000,00	R$ 11.579.455,42	R$ 779.455,42

Em melhor aplicação assim se apresenta:

	DESPESA FIXADA	R$	10.800.000,00
MAIS:			
	Aumento por Créditos Adicionais	R$	925.343,33
	Total	**R$**	**11.725.343,33**
MENOS:			
	Reduções para Créditos Adicionais	R$	3.049.830,00
	Total da Despesa Autorizada	R$	10.800.000,00
(=)	DESPESA EMPENHADA	R$	11.579.455,42
	Excesso de Dotação	R$	779.455,42

3 - RESULTADO DA EXECUÇÃO

Resumindo-se a execução orçamentária, como abaixo, vamos verificar que o exercício ora examinado, apresentou um déficit de Execução Orçamentária da ordem de R$ 703.258,61 (setecebtos e três mil duzentos e cinquenta e oito reais e sessenta e um centavos).

ARRECADAÇÃO RECEITA		
Para mais	R$	76.196,81
Economia de Dotações	R$	779.455,42
Déficit da Execução Orçamentária	R$	703.258,61

RESTOS A PAGAR	R$	1.362.646,90
DEPÓSITO DIVERSAS ORIGENS	R$	742.878,10
TOTAL	**R$**	**2.105.525,00**

2.2 - PASSIVO PERMANENTE

Representa este grupo, as Dividas Fundadas que dependem de autorização legislativa, tanto para a formação ou constituição, quanto para seu resgate.

2.2.1 - DIVERSOS

2.2.1.1 - DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS E OUTROS

Este subgrupo representa os registros dos compromissos a longo prazo, oriundos de parcelamento de Dívidas Confessadas.

Aqui encontramos o saldo da Conta:

DIVERSOS	R$	741.572,97
TOTAL	**R$**	**741.572,97**

3 - RESULTADO DA EXECUÇÃO

Comparando-se a soma do Ativo Real com o Passivo Real da administração Direta, verificamos um Passivo Real Descoberto na ordem de R$ 2.058.957,14 (dois milhões cinquenta e oito mil novecentos e cinquenta e sete reais e quatorze centavos)

Procuramos no presente Relatório, retratar os principais aspectos da gestão financeira do exercício ora encerrado, com clareza e objetividade, pondo-nos à disposição desse Egrégio Tribunal de Contas para quaisquer outros esclarecimentos que se tornarem necessários.

Apresentamos à Vossa excelência, os protestos de nosso respeito e consideração.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

WILMA ZANATTA MAZZER
Contador - CRC 1SP 118420/O-1

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2000

- Reforma e pintura das Escolas Municipais e Creches;
- Extensão da Rede de água e esgoto do Município;
- Continuação das Obras da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto); em funcionamento irá atingir o índice de 95% de esgotos urbanos tratados;
- Continuação da Construção da Praça dos Pioneiros com aproximadamente 8.000 m2; Paisagismo e Palco ao Ar Livre.
- Fonte Luminosa da Praça Vitória Régia;
- Conclusão obra Ginásio de Esportes;
- Construção Vestiário e Banheiro da Piscina Pública de 87,00 m2;
- Construção de Galpão para Reciclagem de Embalagens de Agrotóxicos;
- Trevo de ligação SP 107 com Alameda Maurício de Nassau;
- Pavimentação Asfáltica ligando o trevo Km. 33,7 da S.P. 107 pela Avenida Mário Bonano até HBR 40 e parte da Rua Rota dos Imigrantes e da Rua Ciclamês;
- Início da construção da Creche no Bairro Palmeiras e Parque dos Ipês.
- Recuperação e Cascalhamento das Estradas Vicinais;
- Recapeamento de diversas ruas do Município;
- Construção do Centro Cultural na Rua Muscaris s/n, área institucional 01.

Holambra, 16 de maio de 2001.

ADRIANA BENINI BRANGELI
ENGª CIVIL SANITARISTA
CREA 060501158/9

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Campinas, 07 de maio de 2.001

Ofício nº 174/01 – UR.3

Prezado Senhor,

Informo a Vossa Excelência, que o abaixo relacionado é funcionário deste Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e está autorizado a proceder a fiscalização das **contas do exercício de 2.000**, objeto do **Processo nº TC-2784/026/00**, na conformidade com as Instruções vigentes:

- Luiz Antonio dos Santos

Fica Vossa Excelência, desde já, **NOTIFICADO** a acompanhar todos os atos de tramitação processual exercendo o direito de defesa, interpondo recursos cabíveis, quando for o caso, e o que mais for de interesse.

Desde logo, fica, também, **NOTIFICADO** de que todos os despachos e decisões tomados acerca do aludido processo serão publicados no Diário Oficial do Estado, na conformidade do artigo 90, da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1.993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Ao ensejo, renovo meus protestos de estima e consideração.

Otávio de Oliveira Azevedo
Responsável-UR.3

A Sua Excelência o Senhor
Celso Capato
Prefeito Municipal de Holambra

Ciente: 05/01

Assinatura

Celso Capato
Prefeito Municipal

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Campinas, 07 de maio de 2.001

Ofício nº 175/01 – UR.3

Prezado Senhor,

Informo a Vossa Senhoria, que o abaixo relacionado é funcionário deste Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e está autorizado a proceder a fiscalização das **contas do exercício de 2.000**, objeto do **Processo nº TC-2784/026/00**, na conformidade com as Instruções vigentes:

- Luiz Antonio dos Santos

Fica Vossa Senhoria, desde já, **NOTIFICADO** a acompanhar todos os atos de tramitação processual exercendo o direito de defesa, interpondo recursos cabíveis, quando for o caso, e o que mais for de interesse.

Desde logo, fica, também, **NOTIFICADO** de que todos os despachos e decisões tomados acerca do aludido processo serão publicados no Diário Oficial do Estado, na conformidade do artigo 90, da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1.993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Ao ensejo, renovo meus protestos de estima e consideração.

Otávio de Oliveira Azevedo
Responsável-UR.3

A Sua Senhoria o Senhor
Antonio Marino Brandão de Almeida
Ex-Prefeito Municipal de Holambra

Ciente: 09 / 05 / 01

Assinatura

ANTONIO M. BRANDÃO DE Almeida

PROCESSO N.º:	TC-2784/026/00
PREFEITURA:	HOLAMBRA
ASSUNTO:	CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2.000.
PREFEITO:	ANTONIO MARINO BRANDÂO DE ALMEIDA
PERÍODO:	01/01 a 31/12/2000
RELATOR:	ROBSON MARINHO
INSTRUÇÃO:	UR.3/DSF II

Senhor Responsável por Equipe Técnica,

Tratam estes autos das contas apresentadas a este Tribunal em face do que dispõe o artigo 24, § 1º, da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993.

O resultado da fiscalização *in loco*, realizada através de testes, bem como sobre outras verificações procedidas, acha-se apresentado em itens próprios deste relatório.

1 - PLANEJAMENTO.

1.1 - PLANO PLURIANUAL.

1.2 - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.

O PPA, Lei Municipal nº 272, de 15/09/97 e a LDO, Lei Municipal nº 306 de 18/06/99, encontram-se arquivados em pasta própria nesta Unidade Regional.

1.3 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.

1.3.1 - ELABORAÇÃO.

Verificamos que a Lei Orçamentária Anual relativo ao exercício de 2000 foi aprovado pela Lei Municipal n.º 322, de 27/12/99, encontra-se às fls. 04/06 – Anexo I.

2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.1 - DAS RECEITAS.

Apresentamos abaixo, quadros demonstrativos da receita prevista e a realizada no exercício em análise e nos três exercícios anteriores:

EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
Ano	Receita		Resultado	
	Prevista	Realizada	Arrecadação	Valor
1997	R$ 11.000.000,00	R$ 5.780.230,24	Déficit	R$ (5.219.769,76)
1998	R$ 8.500.000,00	R$ 8.350.719,37	Déficit	R$ (149.280,63)
1999	R$ 9.000.000,00	R$ 9.072.849,22	Superávit	R$ 72.849,22
2000	R$ 10.800.000,00	R$ 10.876.196,81	Superávit	R$ 76.196,81

No ultimo triênio as previsões aproximaram-se substancialmente das efetivas arrecadações.

2.1.1 - RENÚNCIA DE RECEITAS.

De acordo com a análise efetuada no órgão auditado, verificamos que não houve concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual tenha decorrido renúncia de receita.

2.1.2 - DÍVIDA ATIVA.

Demonstramos abaixo a situação da dívida ativa do município:

Saldo do Ex. Anterior (1999)	R$	1.013.713,47
(+) Inscrição em 2000	R$	*653.667,35*
Sub-total	R$	1.667.380,82
(-)Cobrança (2000)	R$	276.524,76
(-) Baixas/Cancelamentos (2000)	R$	-o-
Saldo em 31/12/2000	R$	1.390.856,06

A inscrição da dívida ativa no exercício em exame correspondeu, em relação a receita arrecadada (tributária + industrial), que foi de R$ 1.506.719,23, a 43,38%.

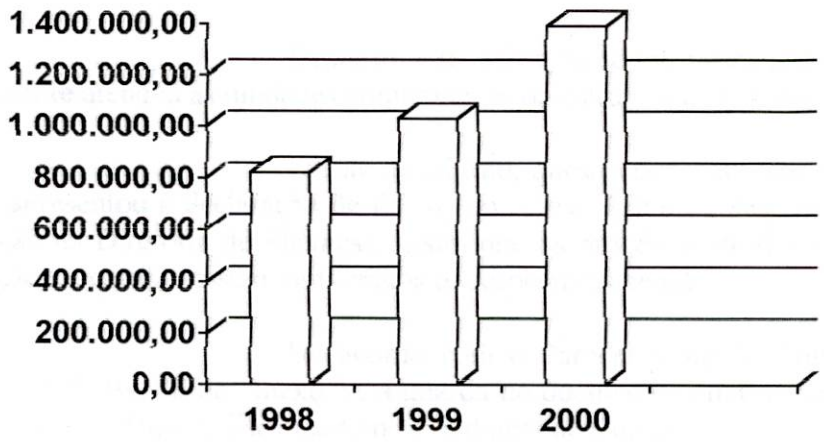
Demonstramos abaixo a evolução do saldo da dívida ativa nos últimos três exercícios:

Saldo Final do exercício					
1998		1999		2000	
R$	822.616,91	R$	1.013.713,47	R$	1.390.856,06

Em relação ao exercício anterior, verificamos a ocorrência de acréscimo do saldo apurado correspondente a 37,20%.

Cabe observar que o saldo em31/12/00 (R$ 1.390.856,06) apresentou uma elevação de 69,08% sobre o saldo de 31/12/98 (R$ 822.616,91), um tanto expressivo frente aos baixos índices que medem a inflação do período. Tanto é verdade, que, se tal situação não se reverter, a tendência indica que o montante inscrito em Dívida Ativa será proporcional a receita Tributária e Industrial da Prefeitura em tela.

A título de ilustração demonstramos graficamente o comportamento da Dívida Ativa no período comentado:



Portanto, a situação exige da Prefeitura Municipal de Holambra, ações mais eficazes para o recebimento de seus créditos, nos termos do artigo 13 da Lei Complementar nº 101/00.

2.2 - DAS DESPESAS.

2.2.1 - DESPESAS COM ENSINO.

Informamos que, nos termos da Ordem de Serviço SDG nº. 01/98, a auditoria procedeu à instrução do Processo Acessório – 2, TC – 2784/226/00, que acompanha este relatório de contas, onde demonstramos a metodologia, base de cálculo, despesas e receitas consideradas, as respectivas exclusões, análise dos restos a pagar, FUNDEF, dentre outros, constatando resumidamente o que segue:

Foi dado atendimento ao que dispõe o artigo 212 da Constituição Federal, com aplicação de 27,52% de sua receita resultante de impostos, compreendida as provenientes de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino conforme apontado pela auditoria interna.

DS-5 COD. 194

Dentre as Despesas detectamos também a Concessão de Auxílios a Entidade: Associação Promocional de Holambra no montante de R$ 4 814,42 (quatro mil oitocentos e quatorze reias e quarenta e dois centavos) sem atentar as instruções do Tribunal de Contas relativo a matéria, ou seja, a origem em sua prestação de contas ofereceu às fls. 189 do Anexo I a declaração negativa.

Face as considerações retro recompomos as despesas dispendida no ensino fundamental, apurando os percentuais a seguir:

Receita oriundas de impostos:	R$ 6.720.957,70	100,00%
Aplicação no Ensino Fundamental:	R$ 1.271.016,67	18,91%
(-) Despesas Pós-Graduação:	R$ 8.309,85	0,12%
(-) Auxílios/Subvenções concedidos:	R$ 4.814,42	0,07%
(=) Nova Base de aplicação Ens. Fund:	R$ 1.257.892,40	18,72%
Aplicação no Ensino Infantil:	R$ 578.807,52	8,61%
Total da Aplicação:	**R$ 1.836.699,92**	**27,33%**

Atendeu ao que dispõe o *caput* do artigo 60 do A.D.C.T., com a aplicação de 75,64% dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental.

Verificamos a inscrição de restos à pagar vinculados ao ensino sem o devido lastro financeiro, ocorrendo glosa de despesa na ordem de R$ 35.598,79 (ensino Fundamental e de R$ 117.764,90 no Ensino Infantil

Cumpriu o determinado no artigo 256 da Constituição do Estado, efetuando as publicações trimestrais relativas as receitas arrecadadas e transferências de recursos destinados à educação.

Providenciou a abertura de contas bancárias específicas destinadas a receber os repasses decendiais, efetuando a totalidade destes repasses, na forma prevista no artigo 69, § 5º, da Lei Federal n.º 9.394/96.

Instituiu o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, na forma disposta no artigo 9º da Lei Federal n.º 9.424/96.

Relativamente ao retorno do FUNDEF, atendeu a determinação expressa do artigo 7º da Lei Federal n.º 9.424/96, aplicando 60,43% dos recursos recebidos com profissionais do magistério.

Foi criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, na forma disposta no art. 4º da Lei Federal n.º 9.424/96.

DS-5 COD 194

2.2.2.2 - LIMITE PARA GASTOS COM PESSOAL.

De acordo com o contido nos autos do Acessório 3 deste Poder Executivo, TC – 2784/326/00, a despesas com pessoal do exercício de 2000 foi de R$ 5.193.588,44, correspondendo a 59,86% da Receita Corrente Liquida deste mesmo período, que foi de R$ 8.676.077,53.

Como se vê na manifestação da auditoria interna (fls. 78 do Acessório 3), tais ocorrências se fizeram presentes:

- Órgão em questão, foi alertado por Ter extrapolado o limite de Alerta de 90% da RCL, tanto no 2º quadrimestre como no 3º quadrimenstre/00;
- Extrapolou, também, o limite Prudencial de 95% da RCL, nos dois últimos quadrimestres do exercício, motivo pela qual, também foi alertado;
- Superou, por fim, o limite de Alerta de 110%, nos dois últimos quadrimestres de 2000, encerrando o exercício com o excesso de 5,90% da RCL, em descumprimento ao artigo 71 da LRF.

A situação indica o desatendimento dos seguintes dispositivos da Lei 101/00: alíneas "a" e "b" do inciso III do artigo 20 e artigo 71.

Em que pese o relatado a Prefeitura em foco não tomou as medidas saneadoras demandadas pela citada Lei Complementar (artigo 23).

2.2.2.3 - ADMISSÃO DE PESSOAL.

No exercício fiscalizado foram admitidos 21 servidores, através de concurso público, cuja matéria está sendo tratada no processo específico.

Verificamos, ainda, a contratação de 34 funcionários por prazo determinado, cuja matéria está sendo tratada no processo especifico.

2.2.2.4 - REGIME PREVIDENCIÁRIO

Constatamos que a Municipalidade adota Regime Próprio de Previdência, cuja matéria está sendo tratada no processo especifico.

2.2.2.5 - ENCARGOS SOCIAIS.

De acordo com o termos de verificação às fls. 63 do Anexo I, constatamos que os recolhimentos dos Encargos Sociais se encontravam na seguinte situação:

I.N.S.S.: Com relação aos comissionados, os testes demonstraram os recolhimentos.

PASEP: recolhimentos efetuados

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA: Os recolhimentos pertinentes a quota parte dos Funcionários e do Empregador do exercício em tela, bem como de exercícios pretéritos encontram-se pendentes, conforme segue:

Período	Montante (R$)			
	Servidor		Prefeitura	
	Recolhido	A Recolher	Recolhido	A Recolher
1998	62.939,32	122.076,04	62.939,32	122.076,04
1999	67.667,82	178.614,93	67.667,82	178.614,93
2000	60.579,85	252.344,71	60.579,85	252.344,71
Totais	191.186,99	**553.035,68**	191.186,99	553.035,68

Diante do quadro, ressaltamos a apropriação indébita da Prefeitura Municipal de Holambra com relação a retenção das contribuições da quota parte dos servidores municipais, bem como da parte Patronal inviabilizando a manutenção do Fundo de Previdência próprio.

A remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito foi fixada pelo Decreto Legislativo n° 23/95, de 11/12/1995. De acordo com os cálculos elaborados não constatamos pagamentos a maior que o fixado.

2.2.3 - DESPESAS COM SAÚDE.

Os exames efetuados *"in loco"* evidenciaram o atendimento do disposto no § 1° do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, aplicando .22,44% do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 (impostos diretamente arrecadados) e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b" e seu § 3° da Constituição Federal (transferências constitucionais), nas ações e serviços públicos de saúde, conforme quadros abaixo:

Receitas	Valores (R$)	
	1999	2000
Imposto Predial e Territorial Urbano – I.P.T.U.	600.935,26	547.710,33
Imposto s/ Serviços Qualquer Natureza – I.S.S.Q.N.	318.930,20	347.038,34
Imposto sobre a Transmissão de Imóveis – I.T.B.I.	190.455,22	287.595,80
Fundo de Participação dos Municípios.	1.210.700,12	1.332.443,15
Imposto de Renda sobre rendimentos pagos.	87.709,32	110.067,34
Imposto Territorial Rural – I.T.R.	12.323,28	8.832,57
Cota parte do I.C.M.S.	3.209.231,95	3.457.063,19
Cota parte do I.P.V.A.	260.629,74	318.885,80
Cota parte do *I.P.I.*	37.492,95	36.812,88
Total – (base de cálculo).	5.928.408,04	6.446.449,40
Despesas		
Despesas empenhadas no Programa Saúde.	1.498.724,96	1.685.936,39
(-) Receitas adicionais da Saúde (montante aplicado).	199.076,52	239.434,82
(-) Exclusões da Auditoria.	-o-	-o-
Total – (valor aplicado)	1.299.648,44	1.446.501,57
Percentual de aplicação:	21,92%	22,44%

Tabela Progressiva de Gastos Mínimos			
Exercício	Valor Aplicado	% Aplicado	% Mínimo
1999*	1.299.648,44	21,92%	
2000	1.446.501,57	22,44%	

DS-5 COD 194

Posição:
1. Prestação de Contas do valor total
2. Pendência de aprovação por parte do Órgão Concessor
3. Prestação de Contas do valor parcial
4. Encontra-se no prazo para prestar contas
5. Não foi prestado contas e consequentemente instaurado Processos de Sindicâncias e Administrativo Disciplinar em razão das constatações apontadas às fls. 197/205 do Anexo I, das quais elencamos as principais:
   - Desvio de finalidade da Obra,
   - Obra não concluída.

   Obs.: Sendo recurso de órgão federal e consequentemente estando sob jurisdição do Tribunal de Contas da União e uma vez acionado o Ministério Público, pedimos com a devida vênia que a próxima auditoria ordinária acompanhe o deslinde processual.

2.2.5 - DESPESAS COM PRECATÓRIOS.

Pelo que podemos constatar e de acordo com a declaração da Prefeitura Municipal de Holambra às fls. 01/03 do Anexo II, não houve precatório demandado de autoridade judicial para ser inserido e pago no exercício em exame.

2.2.6 - OUTRAS DESPESAS IRREGULARES.

De nossa verificação "in loco", efetuada por amostragem, constatamos a regularidade dos processos analisados.

2.2.7 - LICITAÇÕES.

Durante o exercício examinado ocorreram as seguintes licitações:

Modalidade	Realizados	Examinados	%
Convite	49	14	30,61
Tomada de Preço	02	02	100,00
Concorrência	03	03	100,00
Leilão	-o-	-o-	-o-
Concurso	-o-	-o-	-o-
Total	55	19	34,55

Examinados por amostragem, constatamos as irregularidades abaixo:

Certame	Nº	Objeto	Contratado	Valor (R$)	Falhas
Convite	02/99	Aquisição de materiais p/ construção	Amaro Center Materiais p/ Construção Ltda.	15.256,27	2
Convite	04/00	Serviços de exames laboratoriais	Laboratório de Patologia Clinica de Holambra	40.000,00	2
Convite	07/00	Seguro de Vida p/ Funcionários	Cia. Segs. Aliança do Brasil	15.852,48	4
Convite	11/00	Aquis. de Hortifruti p/ merenda escolar	Paulo Roberto Soave – ME.	78.000,00	2
Convite	18/00	Adapt. Legisl Pessoal Emendas 19 e 20	Rumo Desenvolvimento de Pessoal S/C Ltda.	42.000,00	5 e 6
Convite	44/00	Serviços de exames laboratoriais	Laboratório de Patologia Clinica de Holambra	21.000,00	1 e 2
Tomada de Preços	02/00	Fornecimento de combustíveis	Graat & Graat Ltda.	200.290,00	3

(Doctos. às fls. 34/193– Anexo II)

Legenda:

1. Os recibos das cartas convites apresentam a data de recebimento pré-impressas de mesma máquina e/ou próprio punho e/ou ausência de datas, impossibilitando, a verificação do prazo de cinco dias úteis para a abertura das propostas, conforme previsto no inciso IV do artigo 21 da Lei 8666/93.
2. Participação de um nº inferior de proponentes no certame, sem justificativa no processo, infringindo o parágrafo 7º, do art. 22, da Lei 8666/93.
3. Ausência de publicação do edital resumido em jornal de grande circulação no Estado, descumprindo o inciso III do artigo 21
4. Dentre os princípios contidos no artigo 3º da Lei 8666/93, a Prefeitura infringiu o princípio basilar da Legalidade, uma vez que sem autorização legislativa contratou serviços de seguro de Vida em Grupo para os funcionários , alem do que o interesse público prevalece sobre outros alheios ao da coletividade local.
5. O convite de nº 18/00 apresenta provas cabais de fraude, elencadas a seguir e que comprovam o direcionamento ao proponente: Rumo Desenvolvimento de Pessoal S/C Ltda, vencedor do certame e com isso ocorreu desigualdade entre os licitantes, infringindo os artigos 3º, § 1º da Lei 8666/93;

5.1 Analisando o processo a partir da data final marcada para recebimento e abertura das propostas que ocorreu em 23/02/2000 frente aos documentos acostados aos autos como se tivessem sido entregues em envelopes protocolados na Prefeitura naquela data, porém não é que estão a demonstrar:

a) Certificado de Regularidade do FGTS foi apresentado em cópia sem a devida autenticação com a data de emissão de 13/07/00, quase cinco meses após o prazo de encerramento e abertura das propostas;

b) pedido de alteração do CNPJ apresenta protocolo de Julho/2000, com data posterior em pelo menos 04 (quatro) meses;

c) A alteração do Contrato Social da empresa está datada de 15/05/00, 03 (três) meses após abertura da proposta;

d) E outros Doctos.: Certidão 1° Oficial de Titulos de Jundiaí - datado 16/06/00, CNPJ (Básico) datado de 13/07/00, Certidão do 1° Cartorio de Titulos e Doctos de Jundiaí datada de 06/10/00, Requerimento de Alteração Contratual datada de 01/06/00.

6. A Empresa não atendeu o objeto contratado, eis que apresentou propostas de leis sem indicar os valores das remunerações dos servidores, com as tabelas dos anexos em branco e não realizou nenhum tipo de cálculos estipulando os parâmetros que causariam reflexos frente as emendas 19 e 20, ensejando desvio do instrumento convocatório, violando assim o artigo 41 da Lei 8666/93.

2.2.7.1 - DISPENSA / INEXIGIBILIDADE

Verificamos, ainda, a realização de processos de contratações com dispensa e ou inexigibilidade de licitação, com base no disposto no art. 26, da Lei Federal n.º 8.666/93, cuja análise, feita por amostragem, não apresentou irregularidades.

2.2.7.2 - FALTA DE PROCESSAMENTO

No decorrer do exercício examinado, a Prefeitura Municipal em tela despendeu recursos com contratações para fornecimento de materiais, cujos valores demandariam certame licitatório na modalidade de convite. Relacionamos a seguir, as ocorrências:

Contratado	Objeto	Valor Total (R$)
Pedro Antonio Galdino Gomes	Materiais de Construção	9,526,50
P. Bonetto & Filhos Ltda	Produtos de Limpeza	11.678,39
L.G.O.de Campos & Cia. Ltda.	Materiais de Construção	20.069,95
Galmaq Equiptos. p/ Escritorio Ltda.	Materiais de Escritório	21.849,00
KVA Engenharia e Comércio Ltda.	Materiais de Construção	25.258,47
Santana Coml. De Materiais Ltda.	Materiais de Construção	34.075,93

(Relação às fls. 39/90 do Anexo III)

Obs.: Limite para dispensa de licitação: R$ 8.000,00. (Oito mil reais)

2.2.8 - CONTRATOS.

Em cumprimento ao disposto no art. 9º das Instruções n.º 2, foram encaminhadas as relações dos contratos ou atos jurídicos análogos de valor inferior ao limite estipulado no artigo 4º destas Instruções, que, analisados por amostragem, dos quais destacamos o contrato celebrado a seguir que apresenta irregularidade:

Contrato Nº	Objeto	Contratado	Valor (R$)
28/2000	Revisão de DIPAMs	S. Point Consultoria S/C Ltda.	68.350,00

Constatamos que a Prefeitura Municipal de Holambra, firmou contrato com a Empresa em epígrafe para revisão das Declarações para os Índices de Participações dos Municípios. O contrato foi assinado em 24/02/2000, com término de vigência em aberto (prazo indeterminado), sem que isto estivesse previsto no Edital do convite nº 16/00..(Doctos. às fls. 91/122 do Anexo III)

A municipalidade delegou função administrativa a entidade privada, que de acordo com o Código Tributário Nacional em seu artigo 142 é função privativa de autoridade Administrativa, e portanto indelegável a terceiros. O CTN prevê ainda em seu

artigo 198 que é vedada a divulgação por parte da Fazenda Pública de dados colhidos em razão de ofício, o que reforça a tese da indelegabilidade do exercício da função específica da administração pública.

O serviço contratado, no entanto, deveria ser executado por servidores públicos locais, valendo-se do auxílio da Secretaria Estadual da Fazenda.

Este Tribunal, a esse respeito, já possui jurisprudência manifestada através da Súmula nº 13 (Resolução nº 03/95, TC-A-13.754/026/95, publicada no DOE de 02/11/95 pág. 21)

Dessa forma, os pagamentos efetuados a esses títulos são considerados despesas impróprias.

2.2.9 - ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS.

Informamos que, nos termos da Ordem de Serviço SDG nº. 03/97, a auditoria procedeu à instrução do Processo Acessório – 1, TC – 2784/126/00, que acompanha este relatório de contas, onde demonstramos o cumprimento da Ordem Cronológica de Pagamentos.

2.3 - ANÁLISE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO.

2.3.1 - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Apresentamos abaixo o quadro demonstrativo do resultado do balanço orçamentário:

RECEITAS	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	%
Receitas Correntes.	9.756.000,00	9.555.325,59	-2,06
Receitas de Capital	1.044.000,00	1.320.871,22	+26,52
Total	10.800.000,00	10.876.196,81	+0,71
DESPESAS	**FIXAÇÃO**	**EXECUÇÃO**	**%**
Despesas Correntes.	9.164.343,33	9.504.930,98	-18,94
Despesas de Capital	2.561.000,00	2.074.524,44	-19,00
Total	11.725.343,33	11.579.455,42	-1,24
Resultado da Execução Orçamentária		**(703.258,61)**	**- 6,47**

Evidenciamos a seguir os fatores que influenciaram no resultado do Déficit da Execução Orçamentária, a saber:

- ✓ *Erro de planejamento orçamentário no que tange dimensionar a relação Receita X Despesa;*
- ✓ *Evolução da Dívida Fundada, ocasionada pelo empenhamento da despesa e não repassada ao Fundo de Previdência de Benefícios do Servidor Público Municipal.*

3 - ANÁLISE PATRIMONIAL.

3.1 - TESOURARIA.

Pelos testes verificados, constatamos a sua regularidade. Termo de Verificação e demais documentos juntados às fls. .117/200 – Anexo IV e 01/67 Anexo V.

3.1.1 - SITUAÇÃO FINANCEIRA.

Apresentamos abaixo o quadro demonstrativo do resultado da situação financeira do exercício e sua evolução:

Situação Financeira			
Ano	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Resultado
1999	R$ 989.716,92	R$ 1.696.146,49	R$ 706.429,57
2000	R$ 1.497.995,60	R$ 2.105.525,00	R$ 607.529,40

Conforme verificado no item 2.1.2 - Dívida Ativa, a administração está sendo omissa quanto a cobrança de seus créditos e consequentemente renunciando a receitas.

O índice de liquidez no final de exercício examinado correspondeu 0,40, ou seja para cada R$ 1,00 de Passivo Financeiro possuía R$ 0,40 de Ativo Financeiro.

3.2 - ALMOXARIFADO.

Pelos testes procedidos, constatamos a sua regularidade. Termo de Verificação e demais documentos juntados às fls. .68/71 do Anexo V.

3.3 - BENS PATRIMONIAIS.

Pelos testes realizados, constatamos a sua regularidade. Termo de Verificação juntado às fls. 72 do Anexo V.

3.3.1- ALIENAÇÃO DE ATIVOS.

Ao analisar a real situação dos Ativos que foram alienados no exercício em exame frente aos oferecidos à auditoria interna, prestação de contas e apurado "in loco" podemos constatar as inconsistências demonstradas no quadro comparativo a seguir:

Comparativo	***Valores em R$***	
	Auditoria Interna Acessório 3	***"in loco"***
Total da origem dos recursos	*578.177,32*	*577.063,09*
(-) Aplicações efetuadas	*44.000,00*	*376.195,60*
(=) Saldo a aplicar no exercício seguinte.	*534.177,32*	*200.867,49*
Nota: *Tanto os recursos como as aplicações são geridos em conta corrente especifica (c/c nº 1000-06) que apresentou em 31.12.00 o saldo de R$ 23.332,97 (vinte e três mil, trezentos e trinta e dois reais e noventa e sete centavos).*		

A Prefeitura Municipal de Holambra em atendimento a nossa requisição de nº 01/2001 de 05.03.01, item 04 ofereceu a documentação às fls. 84/87 do Anexo V e ao verificar constata-se que as aplicações efetuadas estão justificadas encima de aquisições de Bens Móveis, no montante acima indicado "in loco".

Quanto a origem de recursos foram alienados Bens Imóveis através de 03 (três) Concorrências Públicas de nº 01/00 de 02/05/00 para venda de 18 (dezoito) lotes urbanos, nº 03/00 de 29/08/00 para venda 07 (sete) lotes urbanos e de nº 04/00 de 16/11/00 para venda de 08 (oito) lotes urbanos, todos com autorização legislativa.

Então, a origem apresentou dados conflitantes sem a devida justificativa. Mesmo o saldo apurado em 31.12.00 na conta específica não se mostra coerente com os saldos apurados pelas auditoria "in loco",. .apresentando uma falta de recursos financeiros da ordem de R$ 177.534,52.

3.4 - DÍVIDA E ENDIVIDAMENTO.

	1999 R$	2000 R$	% (aumento/diminuição)
Dívida Consolidada	229.829,49	741.572,97	222,66%
Dívida Mobiliária	-o-	-o-	-o-
Restos a Pagar	946.233,62	2.105.525,00	122,52%
Operações de Crédito	-o-	-o-	-o-
ARO	-o-	-o-	-o-
Concessões de garantias	-o-	-o-	-o-

3.4 1- RESTOS A PAGAR.

Face as determinações da d. auditoria interna, conforme subitem 2.2 do relatório Acessório 3, destacamos que a situação estática do termo de tesouraria de 31/12/2000, às fls. 70/115 do Anexo IV para dar suporte financeiro ao saldo das contas a pagar da mesma data perfazia o montante de R$ 1.411.965,98 (Hum milhão, quatrocentos e onze mil novecentos e sessenta e cinco reais e noventa e oito centavos), contra o valor acima indicado demonstra uma diferença negativa, ou seja sem o respaldo financeiro de R$ 693.559,02.(seiscentos e noventa e três mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e dois centavos)

3.5 - ANÁLISE DO RESULTADO PATRIMONIAL.

Apresentamos abaixo a análise do Balanço Patrimonial e Variações Patrimoniais:

	EXERCÍCIO ANTERIOR		EXERCÍCIO ATUAL	
NO PASSIVO FINANCEIRO		1999		2000
RESTOS A PAGAR	R$	946.233,62	R$	2.105.525,00
NO PASSIVO PERMANENTE		1999		2000
DÍVIDA FUNDADA	R$	229.829,49	R$	741.572,97

- O ATIVO REAL APRESENTOU UM ACRÉSCIMO DE 34,70%

- DO ATIVO REAL, O GRUPO DE CONTAS QUE MAIS EVOLUIU FOI O ATIVO 30,53%

FINANCEIRO COM E AINDA, APRESENTOU EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR, UMA VARIAÇÃO DE	51,36%
- O SALDO PATRIM. TOTAL É UM ATIVO REAL LÍQUIDO E REPRESENTA EM RELAÇÃO AO ATIVO REAL	41,97%
- O PASSIVO FINANCEIRO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR, APRESENTOU UM CRESCIMENTO DE	55,90%
- A CONTA RESTOS A PAGAR EM RELAÇÃO AO PASSIVO FINANCEIRO, REPRESENTA	100,00%
- O PASSIVO PERM., QUE REPRES. AS DÍVIDAS L.PRAZO, EM RELAÇÃO EXERC. ANTERIOR, APRESENTOU CRESCIMENTO DE	222,66%
- O VALOR DA DÍVIDA FUNDADA APRESENTOU UMA EVOLUÇÃO DE	222,66%

4 - TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA.

Constatamos que o Princípio da Transparência na gestão pública vem sendo cumprido pelo Poder, através dos seguintes instrumentos:

a) Publicidade dos Relatórios e Demonstrativos da L.R.F., conforme verificado no Acessório 3;
b) Cumprimento do art. 256 da Constituição Federal (publicações do ensino), conforme verificado no Acessório 2;
c) Cumprimento do § 6º do art. 39 da Constituição Federal e do inciso XXXVI do art. 1º das Instruções n.º 2 (publicação dos valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos);
d) Cumprimento do art. 162 da Constituição Federal (publicação do montante dos tributos arrecadados);
e) Cumprimento do art. 112 da Lei Federal n.º 4.320/64 e art. 51, § 1º, inciso I, da Lei Fiscal (encaminhamento das contas, orçamento e balanços ao Poder Executivo Estadual e Federal);
f) Elaboração e disponibilização dos Relatórios do acompanhamento efetuado pelo Controle Interno do Poder;
g) Elaboração e disponibilização dos livros e registros.

5 - DENÚNCIAS / REPRESENTAÇÕES.

Em pesquisa realizada nesta Unidade Regional, não constatamos a existência de denúncias e/ou representações que chegassem ao conhecimento da fiscalização.

6 - ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL.

Relativamente às contas do último exercício examinado por este Tribunal (1998), determinou as seguintes recomendações/determinações:

a) Manter atualizada a escrituração dos Livros e Registros;
b) Regularizar a cobrança da Dívida Ativa;
c) Atentar para as normas da Lei de Licitações;
d) Observar as regras constitucionais quanto a forma de investidura dos cargos públicos;
e) Regularizar as contratações temporárias;
f) Evitar desacertos nas prestações de contas de adiantamentos;
g) Regularizar os desacertos envolvendo a Seguridade Local (Retenção de contribuição da parte patronal e dos funcionários);
h) Contratação de empréstimos pela Prefeitura junto ao Fundo de Seguridade Municipal.

Visto que a Prefeitura Municipal de Holambra tomou conhecimento destas recomendações/determinações em 23/02/2000, observamos "in loco" que os itens b, c, e g não foram atendidos.

SÍNTESE DO APURADO

Item	Título	Verificado - R$	%
2.2.1	APLICAÇÃO NO ENSINO		
2.2.1	Aplicação na M.D.E.	1.836.699,92	27,33
2.2.1	Ensino Fundamental	1.257.892,40	18,72
2.2.1	Aplicação na Valorização do Magistério	821.855,54	60,43
2.2.2.2	LIMITES PARA GASTOS COM PESSOAL		
2.2.2.2	Despesa c/ Pessoal e Reflexos	5.193.588,44	59,86
2.2.2.2	Despesas com Inativos e Pensionistas	3.601,31	0,04
2.2.3	APLICAÇÃO NA SAÚDE	1.446.501,57	22,44
2.3	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
2.3	Receita	10.876.196,81	100,00
2.3	Despesa	11.579.455,42	106,47
2.3	Resultado da Execução	(703.258,61)	6,47

Observada a instrução processual aplicável à espécie, para a posterior emissão do Parecer a que se refere o artigo 24 da Lei Complementar n.º 709/93, a auditoria, na conclusão de seus trabalhos, aponta as seguintes irregularidades:

2) Execução Orçamentaria:

2.1.2 – Dívida Ativa.

⇨ Omissão de cobrança dos créditos inscritos.

2.2.1 – Despesas com Ensino

⇨ Inutilização de doctos que corroboravam os processos de despesas;

⇨ Despesas com pagto. indevido de curso de Pós Graduação e concessão Auxílios e/ou Subvenções não vinculadas ao Ensino.

2.2.2 – Despesas com Pessoal

⇨ Concessões de Gratificações irregulares;

⇨ Limite de gastos acima dos preconizados na Lei Compl. Nº 101/00.

2.2.2.5 – Encargos Sociais

⇨ Retenção da contribuição previdenciaria de regime próprio da quota parte Patronal e dos Funcionários, inclusive de exercícios pretéritos.

2.2.4.2 – Auxílios / Subvenções Recebidos

⇨ Ausência de Prestações de contas e desvio de finalidades a que se propunham.

2.2.7 – Licitações

⇨ Certames licitatórios em desacordo com vários dispositivos da lei 8666/93.

2.2.7.2 – Falta de Processamento

⇨ Fracionamento de despesas que demandariam certames licitatórios na modalidade convite.

2.2.8 – Contrato

⇨ Contrato de Revisão de DIPAMs, contrario a Súmula Nº 13 desta E. Corte de Contas..

3) - Analise Patrimonial

3.3.1 – Alienação de Ativos

⇨ Inconsistências de valores apresentados a Auditoria Interna - Acessório 3 e auditoria interna quanto ao origem de recursos, aplicações efetuadas, saldo de conta corrente que gerencia os recursos específicos.

3.4.1 – Restos a Pagar

⇨ Ausência de suporte financeiro para quitar o saldo da conta.

6) Atendimento as Recomendações do TCE

⇨ Atendimento parcial as recomendações emanadas no exame das contas do exercício de 1998 (TC – 6027/026/98)

Os Responsáveis pelo Órgão foram regularmente notificados sobre o acompanhamento da tramitação do presente processo, nos termos da decisão constante do TCA-30973/026/00, conforme se verifica às fls. 12/13.

Os detalhes dessas irregularidades encontram-se nos tópicos correspondentes do presente relatório.

À elevada consideração de Vossa Senhoria.

UR - Campinas, em 07 de junho de 2001.

Luiz Antonio dos Santos
Agente da Fiscalização Financeira

PROCESSO .....:TC - 2784/026/00

MATÉRIA EM EXAME.....:RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTERESSADO.....:PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA.

EXERCÍCIO.....:2000

Senhor Diretor da U.R./3 – Campinas,

Dando o cumprimento ao Oficio Roteiro de maio p.p, procedemos a auditoria das contas anuais do exercício de 2000, do município em epígrafe, bem como a elaboração do seu respectivo relatório de auditoria constante de fls. 14/39.

Acompanhando a conclusão apresentada, esclareço que a auditoria e o relatório foram elaborados de acordo com as Normas constantes dos novos Manuais de Fiscalização.

À consideração de Vossa Senhoria.

U.R./3 – Campinas, 19 de junho de 2001

Luiz Fernando de Carvalho Soutello
Responsável Equipe Técnica

PROCESSO: TC-2784/026/00

INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

MATÉRIA EM EXAME: CONTAS MUNICIPAIS - EXERCÍCIO DE 2000

PREFEITO: ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA

PERÍODO: 01/01 A 31/12/2000

INSTRUÇÃO POR: UR.3 - DSF-II

Excelentíssimo Senhor Conselheiro,

Tratam os presentes autos das contas relativas ao exercício de 2.000, da **PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA** , cujo relatório de inspeção "in loco" encontra-se às fls.14/39.

As ocorrências detectadas pela Auditoria desta Regional encontram-se elencadas no tópico "CONCLUSÃO".

Os trabalhos desenvolvidos e seus resultados receberam a concordância da Chefia imediata e desta Diretoria.

Cabe ressaltar, que a Auditoria observou as disposições contidas no Manual de Fiscalização, elaborando o correspondente relatório em conformidade com o modelo vigente.

Informamos que os procedimentos deram origem a 05(cinco) Anexos que formam os autos principais, contando, ainda, com os Acessórios 1 (TC-2784/126/00), 2 (TC-2784/226/00) e 3 (TC-2784/326/00).

Propomos que o despacho autorizando a retirada, nesta Unidade Regional, de cópia do Relatório de Auditoria alcance, além dos autos principais, os acessórios. Sugerimos, ainda, que a prerrogativa seja estendida ao atual Prefeito

Isto posto, submetemos o processo à elevada apreciação de Vossa Excelência.

UR.3-Campinas, 27 de junho de 2001

Otávio de Oliveira Azevedo
Diretor da UR/3

DESPACHO DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Processo:	TC-002784/026/00
Interessada:	Prefeitura Municipal de Holambra
Assunto:	Contas do Exercício de 2000
Prefeito:	Antonio Marino Brandão de Almeida (01/01 a 31/12/2000)

Cuidam os autos das contas da Prefeitura Municipal de Holambra, relativas ao exercício de 2000.

Tendo em vista o contido no relatório elaborado pela auditoria da Unidade Regional de Campinas e de acordo com o que dispõem os artigos 29 da Lei Complementar nº 709/93 e 192 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, assino ao responsável pela presente prestação de contas o prazo de 15 (quinze) dias para que tome conhecimento daquela peça e apresente as alegações que forem de seu interesse.

Autorizo, desde logo, a retirada de cópias dos relatórios dos autos principais e dos acessórios, conforme proposta da auditoria, junto à citada Unidade Regional.

Publique-se.

Caso o interessado não se manifeste, determino seja ele comunicado, por AR, da presente notificação, fixando-lhe igual prazo para resposta.

Ao Cartório para providenciar.

G.C., 30 de julho de 2001.

Robson Marinho

Conselheiro

B/cmt

PUBLICADO NO D.O.E
DE 7 / 8 / 01
AGUARDA ATÉ 22 / 8 / 01
Malú CGCRRM

X2784X026X00 45

RECIBO DE ENTREGA DE RELATÓRIO

PROCESSO: TC-2784/026/00

MUNICÍPIO: HOLAMBRA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL

EXERCÍCIO: 2.000

Recebi, nesta data, cópia do Relatório de Auditoria acima especificado, conforme notificação publicada no dia 24 / 08 / 2001.

Assinatura: _____ Data: 27 / 08 / 2001

Nome: Antonio Marino Brandão de Almeida

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO X2784X026X00 416
UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS – UR-3

Publicado no D. O. E. de 07/08/2001 Página: 13

( ) Adiantamento
( ) Contrato
( ) Paralelo/____
( ) Aux./Subvenções
(X) Notificação
( ) Escaninho
( ) Adm. Pesso.
( ) Pessoal
( )____

( )GP ( )ARC ( )CFA ( )EBC ( )ECR ( )FJB (X)RM ( )RMC ( )____

Proc.: TC-002784/026/00. Interessada: Prefeitura Municipal de Holambra. Assunto: Contas do Exercício de 2000. Prefeito: Antonio Marino Brandão de Almeida (01/01 a 31/12/2000).

Cuidam os autos das contas da Prefeitura Municipal de Holambra, relativas ao exercício de 2000.

Tendo em vista o contido no relatório elaborado pela auditoria da Unidade Regional de Campinas e de acordo com o que dispõem os artigos 29 da Lei Complementar nº 709/93 e 192 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, assino ao responsável pela presente prestação de contas o prazo de 15 (quinze) dias para que tome conhecimento daquela peça e apresente as alegações que forem de seu interesse.

Autorizo, desde logo, a retirada de cópias dos relatórios dos autos principais e dos acessórios, conforme proposta da auditoria, junto à citada Unidade Regional.

Publique-se.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 47
Proc. 2784/026/00

Juntamos nos presentes autos os documentos de fls.45/46.

.

CGCRM, em 15 de agosto de 2001.

Márcia Vernacci Alonso
Assessor Técnico Procurador

DS-5 COD. 194

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA

GUIA DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL
- DEMAIS RECEITAS

GARE 01
DR

MICROFILME (NÃO PREENCHER)

15 NOME OU RAZÃO SOCIAL: Marcia Paes

16 ENDEREÇO: Av. - Rua Maurício de Nassau 444

MUNICÍPIO: [illegible] UF:

17 TELEFONE: 11 3827-1378

18 TRIBUTO / RECEITA:

19 CNAE:

20 PLACA DO VEÍCULO:

21 OBSERVAÇÕES: Processo do TC 27841026100
Xerox - 38 cópias.

22 AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
[illegible]0929 21Ago2001 206 4,28RD 021

02	DATA DE VENCIMENTO	
03	CÓDIGO DE RECEITA (V. VERSO)	167-3
04	INSCRIÇÃO ESTADUAL ou CÓDIGO DO MUNICÍPIO	
05	CNPJ ou CPF	291/680.038-70
06	INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA ou Nº DA ETIQUETA	
07		
08	Nº AIIM	
09	VALOR DA RECEITA (Nominal ou Corrigida)	4,28
10	JUROS DE MORA	
11	MULTA DE MORA ou MULTA POR INFRAÇÃO (Nominal ou Corrigida)	
12		
13	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	
14	VALOR TOTAL	4,28

INFORMS FORMULÁRIOS E AUTOMAÇÃO LTDA - ROD. REGIS BITTENCOURT, 1460
TABOÃO DA SERRA - SP - CEP 06768-000 - CNPJ 62.941.119/0001-40 - I.E.ST. 615.078.262.112
AUTO PROC. DA - 249/99
PORTARIA CAT Nº 57/(25/07/00)

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PROCURAÇÃO "ET - EXTRA"

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, CNPJ nº 67.172.437/0001-83, com sede a Alameda Maurício de Nassau, nº 444, representado por seu Prefeito **CELSO CAPATO**, brasileiro, casado, portador da carteira de Identidade RG nº 10.947.614 e do CPF nº 029.456.798-41, pelo presente Instrumento de Procuração, *nomeia e constituí sua bastante Procuradora* MARINA PAES, brasileira, solteira, inscrita no no CPF sob nº 291.680.038-70, com endereço comercial à Alameda Maurício de Nassau, n°444, CEP. N°13.825.000, Centro, Holambra - SP., à quem confere amplos poderes da cláusula *"ET-EXTRA"*, *para representá-lo nos autos do processo* TC 002784/026/00, podendo para isto requerer vista dos autos, extração de cópias das peças que entender necessária e tudo mais quanto baste para o bom e fiel cumprimento do presente instrumento, dando tudo por bom, firme e *valioso, em especial junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo*

Holambra, 20 de agosto de 2001

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS
NATURAIS E TABELIAO DE NOTAS
Municipio de Artur Nogueira - Comarca de Mogi Mirim - SP
Reconheco por semelhança a(s) firma(s) de: CELSO CAPATO e dou fe'.

ARTUR NOGUEIRA, 20 de Agosto de 2001.
Em testº _____ da verdade
R$ 1,83 cada VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

COLÉGIO NOTARIAL SÃO PAULO
ARPEN-SP
RECONHECIMENTO DE FIRMA 1
SP 1066AA007717

OFICIAL DE REG. CIVIL DAS PESSOAS E TABELIÃO DE NOTAS DE ARTUR NOGUEIRA - SP.
COMARCA DE MOGI-MIRIM-SP.
Adriana Apª Luiz
ESCREVENTE AUTORIZADA

CARTÓRIO ARTUR NOGUEIRA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 50

Proc. TC-2784/026/00
Malu

Processo: TC- 2784/026/00

Nome: Marina Paes

CPF: 291.680.038-70

Fone: (019) 3802-1321

Nesta data obtive vista dos autos em epígrafe e retirei cópia de fls.12/47 .

São Paulo, 21 de agosto de 2001.

Ass.:

Exmo. Sr. Dr. Conselheiro Presidente do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo U.R.3 – Unidade Regional de Campinas.

TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO S. PAULO
20 AGO 15 59 2001 002848 / 003 / 01
U.R.3 - CAMPINAS
PROTOCOLO

Folha n.º 51
2784/026/00

P. TC 2784/026/00

Antonio Marino Brandão de Almeida, brasileiro, comerciante, RG. nº 6.108.806-7, residente e domiciliado na rua Camélias, nº 262, Holambra – SP, por seu advogado que esta subscreve, vem respeitosamente **requerer a dilação de prazo por mais 30 (trinta) dias para que possa oferecer suas justificativas ao relatório da auditoria** , processo em epígrafe, dado que o prazo legal se mostra insuficiente para exame detalhado de todo o relatório, mormente se considerado o fato de que o ora peticionário hoje tem atividades profissionais na iniciativa privada, não tendo acesso aos documentos de sua gestão que se encontram na prefeitura de Holambra, até porque o atual prefeito é seu desafeto pessoal.

Termos em que,
P. deferimento.

Holambra, 20 de agosto de 2.001

Edison Reginaldo Beraldo
OAB/SP 126.577

PROCURAÇÃO

Folha n.º 52
2784/026/00

Pelo presente instrumento particular de mandato, **Antonio Marino Brandão de Almeida**, brasileiro, comerciante, RG. nº 6.108.806-7, residente e domiciliado na rua Camélias, nº 262, Holambra – SP, nomeia(m) e constitui(em) seus bastantes procuradores os advogados, **EDISON REGINALDO BERALDO**, inscrito na OAB/SP sob n.º 126.577, **VALDIR PAIS**, inscrito na OAB/SP sob n.º 122.818, **NELSON LUIZ PIGOZZI**, OAB/SP n.º 109.438, **JOSÉ CARLOS FERNANDES**, OAB/SP n.º 122.063, e **MARISTELA FRANCATTO**, OAB/SP n.º 120.919, todos com escritório no município de Mogi Mirim, SP., na rua Cel. Guedes, n.º 95, Centro, , a quem confere(m) amplos poderes da cláusula "ad judicia" para serem exercidos onde com esta se apresentarem, em juízo ou fora dele, em qualquer instância ou tribunal, podendo promover contra quem de direito as medidas legais e as ações competentes e defende-lo(a) nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os até final decisão, tudo praticando, em fim, que seja necessário ao fiel desempenho deste mandato, inclusive transigindo, desistindo, confessando, recebendo, dando quitação, firmando compromissos, prestando primeiras e últimas declarações em compromissos, representando e dando queixa criminalmente, e substabelecendo o presente com ou sem reserva para si, e, especialmente para representa-lo junto ao E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no que se refere ao processo de prestação de contas do exercício de 2.000, derradeiro ano do mandato eletivo exercido pelo outorgante como prefeito do Município de Holambra – SP.

Mogi Mirim, 20 de agosto de 2.001.

Antonio Marino Brandão de Almeida

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha n.º 53
2784/026/00

DI-PRODESP SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE PROTOCOLO TCESP
09.1.0 P E S Q U I S A 21/08/2001
MVALG12 RESUMIDA 08:57:08

2784/026/00 TC. CONTAS DE PREFEITURA
RELATOR : DR. ROBSON MARINHO

INTERESSADO : 0000000657
PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

EXERCICIO : 2000
NUM.DE REMESSA: 000001345/2001
DATA DE ENVIO : 01/08/2001 QTDE.APARTADO : 000
REMETENTE : DR.ROBSON MARINHO
DESTINO : CARTORIO DR. ROBSON MARINHO
MOTIVO : PUBLICAR

PF1-APENSOS PF4-FISCALIZACAO
INTEGRA: _ (S/N) IMPRIMIR: _ (S/N)
TECLE ENTER PARA CONTINUAR, CLEAR PARA RETORNAR OU PF12 PARA TERMINAR

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

EXPEDIENTE: TC-2848/003/01 (Ref. TC-2784/026/00)

ASSUNTO: Prorrogação de prazo

Fls. 54 fau
2784/026/00

RELATOR : Dr. Robson Marinho

De ordem do Senhor Diretor da Unidade Regional de Campinas, encaminhe-se o presente expediente ao Cartório do Gabinete do Exm° Sr. Conselheiro Relator, para fins de juntada ao processo em referência.

UR.3-Campinas, 21 de Agosto de 2001

Vera Lucia Pessolato Piacenti
Agente da Fisc. Financeira

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 55
Proc. 2784/026/00
Sanare

Juntamos nos presentes autos os documentos de fls. 51/54.

. CG**CRRM**, em 27 de agosto de 2001.

Mariangela Gomes
Aux. de Fisc. Financeira IV

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 56
Proc. 2784/026/00
Sandra

Processo: TC-2784/026/00

Interessado: Antonio Marino Brandão de Almeida, Ex-Prefeito Municipal de Holambra, por seu advogado Edison Reginaldo Beraldo

Assunto: solicita prorrogação de prazo - Expediente TC-2848/003/01, juntado as fls. 51/52

Defiro prorrogação de prazo por 30 (trinta) dias, contados da publicação do presente despacho.

Publique-se.

G.C., 27 de agosto de 2001.

Robson Marinho

Conselheiro

ssrs

PUBLICADO NO D.O.E
DE 4 / 9 / 01
AGUARDA ATÉ 4 / 10 / 01
CGCRRM

DS-5 COD. 194

Exmo. Sr. Dr. Conselheiro Presidente do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – UR – Campinas

Folha n.º 57
2784/026/00

TRIBUNAL DE CONTAS ESTADO S. PAULO
01 OUT 16 29 2001
003347/003/01
CAMPINAS PROTOCOLO

Processo nº TC-2784/026/00

Antonio Marino Brandão de Almeida, ex-prefeito do município de Holambra, nos autos do processo em epígrafe (contas do exercício de 2.000), por seu advogado que esta subscreve, vem respeitosamente a V. Exª expor e requerer o seguinte:

O atual prefeito do município de Holambra é desafeto político e pessoal do requerente, não sendo difícil concluir que procura de todas a formas dificultar o acesso às informações de que este necessita para esclarecer as dúvidas apontadas pelo agente de fiscalização.

Por conta dessa dificuldade, o requerente já solicitou uma vez a dilação de prazo para apresentação das justificativas que apresentará a este E. Tribunal. Todavia, o prazo concedido se mostrou insuficiente à obtenção de todos os documentos que acompanharão a defesa, não obstante os esforços empreendidos no sentido de tê-los dentro do prazo da prorrogação concedida.

Isso posto, pela presente, **requer a dilação do prazo para apresentação de sua defesa em mais 45 (quarenta e cinco) dias**, período em que o requerente buscará reunir toda a documentação necessária à prova de sua ilibada conduta frente à administração do município de Holambra.

Termos em que,
P. deferimento.

Holambra, 02 de outubro de 2.001.

Antonio Marino Brandão de Almeida

Edison Reginaldo Beraldo
OAB/SP 126577

Finalmente, requer que a publicações relativas ao presente feito sejam feitas em nome do advogado constituído nos autos e também signatário da presente manifestação.

Termos em que,
P. deferimento.

Holambra, 27 de novembro de 2.001

JOSÉ CARLOS FERNANDES
OAB/SP 122.063

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Interessado

DI-PRODESP SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE PROTOCOLO TCESP
09.1.0 P E S Q U I S A 29/11/2001
MVALG12 RESUMIDA 09:05:23
2784/026/00 TC. CONTAS DE PREFEITURA
RELATOR : DR. ROBSON MARINHO

2784/026/00
74

INTERESSADO : 0000000657
PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

EXERCICIO : 2000

NUM.DE REMESSA: 000001345/2001
DATA DE ENVIO : 01/08/2001 QTDE.APARTADO : 000
REMETENTE : DR.ROBSON MARINHO
DESTINO : CARTORIO DR. ROBSON MARINHO
MOTIVO : PUBLICAR

PF1-APENSOS PF4-FISCALIZACAO
INTEGRA: (S/N) IMPRIMIR: (S/N)
TECLE ENTER PARA CONTINUAR, CLEAR PARA RETORNAR OU PF12 PARA TERMINAR

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

2784/026/00
75

EXPEDIENTE: TC-4075/003/01
(Ref. TC-2784/026/00)

ASSUNTO: DEFESA PRÉVIA

RELATOR : Dr. Robson Marinho

De ordem do Senhor Diretor da Unidade Regional de Campinas, encaminhe-se o presente expediente ao Cartório do Gabinete do Exm° Sr. Conselheiro Relator, para fins de juntada ao processo em referência.

UR.3-Campinas, 29 de Novembro de 2001

Vera Lúcia Pessolato Piacenti
Agente da Fisc. Financeira

Boletim Diário da Tesouraria N.º 246

2784/026/00

76

Data 29 de Dezembro de 2000

DEBITO		CREDITO	
Arrecadação p/ Bancos	38.165,70	Despesa Orçamentária	162.873,51
Saques de Cheques	132.584,83	Despesa Extraorçamentária	7.289,46
Outras	37.031,38	Depósitos em Bancos	37.418,50
Anulações de Empenho		Restos a Pagar de	
Saldo Anterior Tesouraria	855,86	Saldo Atual Tesouraria	1.056,30
TOTAL	208.637,77	TOTAL	208.637,77

DEMONSTRAÇÃO DOS SALDOS BANCÁRIOS

BANCOS CONTA MOVIMENTO	SALDO ANTERIOR	DEPOSITOS	RETIRADAS	SALDO ATUAL
Banespa c/c A. Nogueira	1.788,74			1.788,74
N. Cx. N. Banco A. A. Nog.	3.276,89			3.276,89
Banco do Brasil c/ Movtº	113.200,90		89.867,93	23.332,97
N. Cx. c/ I.C.M.S.	11.316,38		9.423,53	1.892,85
Total da C/ Movimento	129.582,91	0,00	99.291,46	30.291,45
B. Brasil c/ FPM	14.634,43		12.043,04	2.591,39
B. Brasil c/ P.A.Básica				0,00
B. Brasil c/ F. Esp				0,00
B. Brasil c/ SUDS				0,00
B. Brasil c/ P.B.C.Cidadã				0,00
B. Brasil c/ F.P.B.S.P.M.H.	21.853,43			21.853,43
B. Brasil c/ Aplicação	1.140.000,00			1.140.000,00
B. Brasil c/ F.M.D.E.F.V.M.	20.211,45		18.933,90	1.277,55
B. Brasil c/ P.S.A. Continuada	34,70			34,70
B. Brasil c/ P.T.M.E.	332,80			332,80
B. Brasil c/ M.D. Ensino				0,00
B. Brasil c/ ICMS D. Export.	3.865,16		2.316,43	1.548,73
Banesoa c/Rev.Mata Ciliar				0,00
Banespa S.Hidricos Aplica.				0,00
B. Brasil c/ P.T.A. Aplicação	5.040,00			5.040,00
B. Brasil c/ F. A. E.				0,00
B. Brasil c/ Const.Cre.Aplic.				0,00
N. Cx. c/ Vestiario Pisc.Aplic.				0,00
N. Cx. c/ S.T.A.Eq.A.Aplic.				0,00
N. Cx. c/ Rec.Paisag. Aplic.				0,00
N. Cx. c/ Rec.Ed.Hist.Aplic.				0,00
N. Cx. c/ Rec.F.Lum.Aplic.				0,00
N. Cx. c/ Quese For.Aplic.				0,00
N. Cx. c/ Fdo.A.Familia				0,00
N. Cx. c/ Trev.SP 107 Apl.	67.297,47			67.297,47
N. Cx. c/ Psv.M.B.Aplic.				0,00
N. Cx. c/ Concl.G.E.Aplic.				0,00
N. Cx. c/ F.N.S.U.Mo.Apl.	80.000,00			80.000,00
N. Cx. c/ Emb.Agrotoxico	5.000,00			5.000,00
B. Brasil c/ Teto F.E.Co.Do.	2.901,99			2.901,99
B. Brasil c/ Proj.Ed.Pre Esc.	3.270,37			3.270,37
B. Brasil c/ Proj.Ed.Especial	1.647,30			1.647,30
N. Cx. c/ Prog.Microb.Apl.	10.404,00			10.404,00
Cx. Federal c/ Eq.Agricola		37.418,50		37.418,50
				0,00
				0,00
				0,00
				0,00
				0,00
				0,00
				0,00
				0,00
				0,00
				0,00
				0,00
				0,00
				0,00
Total da C/ Vinculada	1.376.493,10	37.418,50	33.293,37	1.380.618,23
TOTAL GERAL	1.506.076,01	37.418,50	132.584,83	1.410.909,68
TESOURARIA	855,86	747,20	546,76	1.056,30

29 de Dezembro de 2000

Tesoureiro

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (19) 3802-1321 / 3802-1322
C.N.P.J. Nº 67.172.437/0001-83

SF Plano de Contas Exercicio de 2000 Folha 2
Prefeitura Munic. Holambra 30.12.2000 11:50

2784/026/00
77

Titulos	Saldo Anterior	Movimento no P Debitos		Saldo Atual
136 BCO BRASIL C/PTA APLIC.	5.040,60			5.040,60
14 Banco do Brasil c/BNDS	0,00	142.000,02	142.000,02	0,00
102 Brasil c/TCMB Des.Exportacoes	0,00	123.526,32	128.504,06	22,26
57 C/PROG.SERV.ACAO CONTINUADA	7.937,66	9.600,00	17.502,96	34,70
8 N.CX C/ REC.PAISAGISTICA	0,00	60.776,12	60.776,12	0,00
10 N.CX.C/CONSTR.FONTE LUMINOSA	0,00	57.455,64	57.455,64	0,00
9 N.CX.C/REC.EDIFICIO HISTORICO	0,00	46.331,60	46.331,60	0,00
143 N.CX.C/SE.PROJETO MICROBACIAS	0,00	10.404,00	10.404,00	0,00
24 N.CX.N.BCO C/CONSTR.GINASIO ESP.APLIC.	0,00	55.525,79	55.525,79	0,00
20 N.CX.N.BCO C/CONSTR.GINASIO ESPORTES	0,00	162.493,99	162.493,99	0,00
13 N.CX.N.BCO C/CONSTR.TREVO SP 107	0,00	206.720,49	206.720,49	0,00
19 N.CX.N.BCO C/CONSTR.TREVO SP APLICACAO	0,00	139.423,02	72.125,55	67.297,47
132 N.CX.N.BCO C/F.JUV.APLIC.	0,00	29.495,75	29.495,75	0,00
131 N.CX.N.BCO C/P.AV.MARIO BONANO	0,00	185.284,85	185.284,85	0,00
23 N.CX.N.BCO C/PAV.AV.MARIO BONANO APLIC.	0,00	185.284,85	185.284,85	0,00
26 N.CX.N.BCO C/REC.EDIF.HISTORICO APLIC.	0,00	24.135,10	24.135,10	0,00
28 N.CX.N.BCO C/S.AGRIC.EQUIP.AG.APLIC.	0,00	10.382,21	10.382,21	0,00
27 N.CX.N.BCO C/VEST.PISCINA APLICACAO	0,00	31.727,22	31.727,22	0,00
16 N.CX.N.BCO C/VESTIARIO PISCINA	0,00	62.359,72	62.359,72	0,00
147 N.CX.N.BCO PROG.MICROBACIAS APLIC.	0,00	10.404,00		10.404,00
30 N.CX.N.BCO SEC.AGRICULTURA E ABAST.	0,00	10.400,00	10.400,00	0,00
137 N.CX.N.BCO SECR.AGRIC.EC.AGRICOLA	10.000,00	10.088,63	20.088,63	0,00
25 N.CX.N.BCO.C/REC.PAISAG.APLIC.	0,00	20.754,12	20.754,12	0,00
127 N.CX.C/FUNCEF	0,00			0,00
38 N/CAIXA M/BANCO SECRET.ESP.TURISMO	0,00			0,00
138 N/CAIXA M/BANCO(Constr.da Escola)	39.842,74	602,35	40.445,09	0,00
128 N/Caixa Nosso Banco C/Fundo Ass.Familia	391,55	31.880,00	32.271,55	0,00
117 NOSSA CAIXA NOSSO BANCO D/QUEBE FOR.	0,00	124.719,68	124.719,68	0,00
130 SECRET.E.A.DES.SOCIAL(CONV.IDOSO)	0,00			0,00
1.2.00.00.00.00 Passivo Financeiro	1.696.146,49-	935.887,45	641.992,70	1.502.251,74-
1.2.02.00.00.00 Restos a Pagar	946.237,62-	446.408,54		499.829,08-
70 Restos a Pagar de 1994	39.061,04-			39.061,04-
80 Restos a Pagar de 1995	6.054,42-			6.054,42-
82 Restos a Pagar de 1996	12.053,82-			12.053,82-
93 Restos a Pagar de 1997	3.729,85-			3.729,85-
119 Restos a Pagar de 1998	153.685,06-			153.685,06-
135 Restos a Pagar de 1999	731.652,43-	446.408,54		285.243,89-
1.2.04.00.00.00 Depositos de Diversas Origens	404.334,69-	389.478,91	641.992,70	656.848,48-
54 Convenio Escolar	0,00			0,00
56 Ajuste Monetario Conversao p/ Real	0,00			0,00
75 Antecipacao da Receita	0,00			0,00
76 Auxilio Natalidade	0,00			0,00
69 Camara Municipal - c/Suprimento	40.097,95	263.500,00	263.500,00	40.097,95
27 Cauções e Garantias	4,13-			4,13-
32 Contribuicao Sindical	32,31-	387,72	383,50	5,09-
76 FUNDO DE PREVIDENCIA	443.402,94-	26.410,18	294.988,18	711.981,07-
77 Fundo de Previdencia	4.764,37	35.389,73		40.154,10
78 I.R.R.F.	2.796,34-	43.484,99	47.236,16	2.948,81-

1.318.609,9

SP Plano de Contas Exercici 78 1

Prefeitura Munic. Holambra 1.30

Titulos	Saldo Anterior	Movimento no Periodo Debitos	Movimento no Periodo Creditos	Saldo Atual
1.0.00.00.00.00 Sistema Financeiro	706.429,57-	52.507.366,36	51.745.575,35	55.361,44
1.1.00.00.00.00 Ativo Financeiro	969.716,92	51.571.478,91	51.103.582,65	1.557.613,18
1.1.01.00.00.00 Disponivel	969.716,92	51.571.478,91	51.103.582,65	1.557.613,18
1.1.01.01.00.00 Caixa	8.684,86	11.516.263,94	11.117.516,87	407.431,93
1 CAIXA	8.684,86	11.516.263,94	11.117.516,87	407.431,93
1.1.01.02.00.00 Bancos - C/Movimento	10.731,21	9.182.682,49	9.376.722,96	187.309,26-
4 BANCO DO BRASIL S/A C/MOVIMENTO	10.115,58	5.456.562,91	5.580.865,49	114.186,99-
2 BANESPA C/C ARTHUR NOGUEIRA	553,71	3.552.678,41	3.551.447,38	1.783,74
77 Banco Brasil c/Aplicacao	0,00			0,00
74 Banespa c/Aplicacao R.C.B.	0,00			0,00
64 Banespa c/c aplicacao	0,00	140.561,74	140.561,74	0,00
81 Bco Brasil c/Alienacao de Bens	0,00			0,00
6 Caixa Economica Federal c/c	0,00			0,00
99 NOSSA CAIXA NOSSO BANCO AG.A.N.	61,92	32.879,43	32.845,69	95,66
152 NOSSA CAIXA NOSSO BANCO C/ C.C.M.B.	0,00		71.006,67	71.006,67-
3 Nossa Caixa Nosso Banco - Sto.Ant.Posse	0,00			0,00
1.1.01.03.00.00 Bancos - C/Vinculada	970.300,85	30.972.532,48	30.609.342,82	1.333.490,51
144 B.BANESPA C/ S.R.HIDRICOS	0,00	25.816,48	25.816,48	0,00
12 B.BRASIL C/ BIBLIOTECA APLIC	0,00	40.436,71	40.436,71	0,00
5 B.BRASIL C/ BIBLIOTECA MUNICIPAL	0,00	80.436,71	80.436,71	0,00
149 B.BRASIL C/ P.N.T.E. APLIC.	0,00	47.932,60	47.932,60	0,00
151 B.BRASIL C/ PROJ.ED.ESPECIAL	0,00	1.547,30		1.547,30
150 B.BRASIL C/ PROJ.ED.P.ESCOLAR	0,00	3.270,37		3.270,37
22 B.BRASIL C/ UTI MOVEL	0,00	80.000,00	80.000,00	0,00
142 B.BRASIL C/CONSTR.CENTRO CULTURAL APLIC	0,00	102.747,03	102.747,03	0,00
15 B.BRASIL C/CONSTR.CRECHE APLIC	0,00	52.419,57	52.419,57	0,00
11 B.BRASIL C/CONSTRUCAO CRECHE	0,00	102.260,35	102.419,57	840,78
143 B.BRASIL C/P.N.T.E.	0,00	95.432,60	95.432,60	0,00
146 B.BRASIL C/PASEP FUNCIONARIOS	0,00	7.297,86	7.297,86	0,00
145 B.BRASIL C/TETO F.ESP.D.DOENCAS	0,00	2.901,99		2.901,99
51 B.BRASIL C/UTI MOVEL APLIC	0,00	80.000,00		80.000,00
101 BANCO DO BRASIL C/P.T.A	0,00			0,00
141 BANCO DO BRASIL C/ CONSTR. C. CULTURAL	0,00	202.747,03	202.747,03	0,00
140 BANCO DO BRASIL C/ EME. AGROTOXICOS	0,00	65.000,00	60.000,00	5.000,00
116 BANCO DO BRASIL C/EQUIP.POSTO SAUDE(APLI	756,00	146,77	902,77	0,00
94 BANCO DO BRASIL C/F.M.D.ENSINO	0,00	1.338.543,67	1.284.859,87	53.683,80
98 BANCO DO BRASIL C/FAE	0,00	51.429,20	51.429,20	0,00
78 BANCO DO BRASIL C/FUNDO FPBSPMH	19.474,75	12.115.473,57	12.127.747,97	7.200,35
79 BANCO DO BRASIL C/FUNDO P.S.B.P.APLIC.	850.000,00	12.223.970,36	11.936.970,36	1.140.000,00
112 BANCO DO BRASIL C/F.M.D.SD.	2.752,80		2.420,00	332,80
103 BANCO DO BRASIL C/PAS	27,55	39.302,00	37.576,19	1.698,64-
114 BANCO DO BRASIL EQUIPAMENTOS POSTO SAUDE	3,10	902,77	905,87	0,00
10 BANCO DO BRASIL S/A C/ESP.	683,16	9.141,20	9.824,36	0,00
7 BANCO DO BRASIL S/A C/FPM	1.171,93	1.334.964,77	1.368.228,70	32.091,98-
106 BANCO DO BRASIL S/A C/P.S.Crianc.Cidada	6.814,55		6.814,55	0,00
120 BANCO DO BRASIL S/A Fanut.Desenv.Ensino	0,00	999.210,31	1.003.059,00	3.848,69-
108 BANCO DO BRASIL S/A C/P.S.B.APLIC.	0,00	24.780,55	24.780,55	0,00

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

AL. MAURÍCIO DE NASSAU, 444 – CEP 13825-000 – Holambra – SP – Tels.: (19) 38021321 / 38021322
C.N.P.J. N.º 67.172.437-0001/83

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

(Artigo 53, Inciso V da LC. 101/00)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

MUNICÍPIO : ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

PERÍODO : 5º BIMESTRE – EXERCÍCIO DE 2000.

Valores expressos em R$

PODER/ÓRGÃO/ENTIDADES	Saldo de Exercícios Anteriores	Movimentação do Exercício			Montante a pagar
		Inscrições(*)	Baixas		
			Cancelamentos	Pagamentos	
Poder Executivo					
- Exercício de 1994	39.061,04	0,00	0,00	0,00	39.061,04
- Exercício de 1995	6.054,42	0,00	0,00	0,00	6.054,42
- Exercício de 1996	12.053,82	0,00	0,00	0,00	12.053,82
- Exercício de 1997	5.729,85	0,00	0,00	0,00	5.729,85
- Exercício de 1998	153.685,06	0,00	0,00	0,00	153.685,06
- Exercício de 1999	297.140,12	0,00	0,00	11,00	297.129,12
TOTAIS	**513.724,31**	**0,00**	**0,00**	**11,00**	**513.713,31**

(*) Valores apurados ao final do exercício, a serem lançados no Demonstrativo do último bimestre.

Estância Turística de Holambra, em 29 de Dezembro de 2000.

Antonio Marino Brandão de Almeida
Prefeito Municipal

Elisanita Aparecida de Moraes
Diretor de Finanças

Wilma Zanatta Mazzer
Controle Interno

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Cidade das Flores
Al. Maurício de Nassau, 444 – CEP 13825-000 – Holambra – SP – Tels.: (19) 38021321 / 38021322
C.N.P.J. N.º 67.172.437-0001/83

2784/026/00
80

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

(Artigos 2º, Inciso IV e 53, Inciso I da LC. 101/00)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

ÍPIO: ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

DO: 6º BIMESTRE – EXERCÍCIO DE 2000

Valores expressos em R$

CEITAS CORRENTES	11ºmês anterior	10ºmês anterior	9ºmês anterior	8ºmês anterior	7ºmês anterior	6ºmês anterior	5ºmês anterior	4ºmês anterior	3ºmês anterior	2ºmês anterior	1ºmês anterior	Dezembro/00	Totais:
STRAÇÃO DIRETA (*)	863.929,88	703.074,43	891.580,76	714.814,39	753.409,88	636.233,39	796.253,48	843.586,91	770.841,22	870.510,40	863.144,42	847.946,43	9.555.325,59
STRAÇÃO INDIRETA (*)													
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ts	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
s Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estatais Dependentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	863.929,88	703.074,43	891.580,76	714.814,39	753.409,88	636.233,39	796.253,48	843.586,91	770.841,22	870.510,40	863.144,42	847.946,43	9.555.325,59
UÇÕES													
ões dos Servidores ao óprio de Previdência	8.872,63	13.847,34	12.473,78	13.861,22	13.756,43	4.992,05	16.044,65	18.782,76	9.179,60	13.719,38	21.188,82	26.427,29	173.145,95
ção Financeira entre e Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Líquido FUNDEF	57.408,75	55.876,32	45.823,30	56.445,69	65.373,52	51.202,26	55.832,98	53.420,25	64.728,49	68.590,56	67.205,11	64.194,89	706.102,12
Subtotal	66.281,38	69.723,66	58.297,08	70.306,91	79.129,95	56.194,31	71.877,63	72.203,01	73.908,09	82.309,94	88.393,93	90.622,18	879.248,07
A CORRENTE LÍQUIDA	797.648,50	633.350,77	833.283,68	644.507,48	674.279,93	580.039,08	724.375,85	771.383,90	696.933,13	788.200,46	774.750,49	757.324,25	8.676.077,52

das as duplicidades (§ 3º, artigo 2º da LC. 101/00)

Estância Turística de Holambra, em 29 de Dezembro de 2000.

Antonio Marino Brandão de Almeida
Prefeito Municipal

Elisanita Aparecida de Moraes
Diretor de Finanças

Wilma Zanatta Mazzer
Controle Interno

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
Cidade das Flores
Al. Maurício de Nassau, 444 – CEP 13825-000 – Holambra – SP – Tels.: (19) 38021321 / 38021322
C.N.P.J. N.º 67.172.437-0001/83

2784/026/00
81

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

(Artigos 2º, Inciso IV e 53, Inciso I da LC. 101/00)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

UNICÍPIO: ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
ERÍODO: 5º BIMESTRE – EXERCÍCIO DE 2000

Valores expressos em R$

RECEITAS CORRENTES	11°mês anterior	10°mês anterior	9°mês anterior	8°mês anterior	7°mês anterior	6°mês anterior	5°mês anterior	4°mês anterior	3°mês anterior	2°mês anterior	1°mês anterior	Outubro/00	Totais:
DMINISTRAÇÃO DIRETA (*)	809.913,84	890.744,60	863.929,88	703.074,43	891.580,76	714.814,39	753.409,88	636.233,39	796.253,48	843.586,91	770.841,22	870.510,40	9.544.893,18
DMINISTRAÇÃO INDIRETA (*)													
ndos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
utarquias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ndações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
presas Estatais Dependentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	809.913,84	890.744,60	863.929,88	703.074,43	891.580,76	714.814,39	753.409,88	636.233,39	796.253,48	843.586,91	770.841,22	870.510,40	9.544.893,18
DEDUÇÕES													
tribuições dos Servidores ao gime Próprio de Previdência	12.476,78	21.598,60	8.872,63	13.847,34	12.473,78	13.861,22	13.756,43	4.992,05	16.044,65	18.782,76	9.179,60	13.719,38	159.605,22
mpensação Financeira entre gimes de Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ultado Líquido FUNDEF	55.767,23	54.598,76	57.408,75	55.876,32	45.823,30	56.445,69	65.373,52	51.202,26	55.832,98	53.420,25	64.728,49	68.590,56	685.068,11
Subtotal	68.244,01	76.197,36	66.281,38	69.723,66	58.297,08	70.306,91	79.129,95	56.194,31	71.877,63	72.203,01	73.908,09	82.309,94	844.673,33
CEITA CORRENTE LÍQUIDA	741.669,83	814.547,24	797.648,50	633.350,77	833.283,68	644.507,48	674.279,93	580.039,08	724.375,85	771.383,90	696.933,13	788.200,46	8.700.219,85

Excluídas as duplicidades (§ 3°, artigo 2° da LC. 101/00)

Estância Turística de Holambra, em 29 de Dezembro de 2000.

Antonio Marino Brandão de Almeida
Prefeito Municipal

Elisanita Aparecida de Moraes
Diretor de Finanças

Wilma Zanatta Mazzer
Controle Interno

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

AL. MAURÍCIO DE NASSAU, 444 – CEP 13825-000 – Holambra – SP – Tels.: (19) 38021321 / 38021322

C.N.P.J. N.º 67.172.437-0001/83

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

(ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL)

2784/026/00
82

MUNICÍPIO: ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

PERÍODO: 3º QUADRIMESTRE DE 2000

RECEITAS CORRENTES	VALORES EM R$
ADMINISTRAÇÃO DIRETA (*)	3.352.442,47
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (*)	0,00
Fundos	0,00
Autarquias	0,00
Fundações Públicas	0,00
Empresas Estatais Dependentes	0,00
Subtotal	**3.352.442,47**
-) DEDUÇÕES	
Contribuições dos Servidores ao Regime Próprio Previdência	70.515,08
Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência	0,00
Resultado Líquido FUNDEF	264.719,05
Subtotal	**335.234,13**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**3.017.208,34**

Estância Turística de Holambra, 29 de Dezembro de 2000.

ntonio Marino Brandão de Almeida
Prefeito Municipal

Wilma Zanatta Mazzer
Téc. Contábil CRC 1SP 118420/0-1

2784/026/00
84

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau, 444 – CEP 13825-000 – Holambra – SP – Tels.: (19) 38021321 / 38021322

C.N.P.J. N.º 67.172.437-0001/83

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

(Artigos 53, Inciso II e 50, Inciso IV, da LC. 101/00)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

MUNICÍPIO: ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
PERÍODO: 5º BIMESTRE – EXERCÍCIO DE 2000

Valores expressos em R$

	11°mês anterior	10°mês anterior	9°mês anterior	8°mês anterior	7°mês anterior	6°mês anterior	5°mês anterior	4°mês anterior	3°mês anterior	2°mês anterior	1°mês anterior	Outubro/00	Totais:
RECEITAS	24.953,57	43.197,20	17.745,26	27.694,67	24.947,57	27.722,44	27.512,86	9.984,10	32.089,30	37.565,52	18.359,20	27.438,77	**319.210,46**
Contribuições Patronais + Contribuições dos Servidores	24.953,57	43.197,20	17.745,26	27.694,67	24.947,57	27.722,44	27.512,86	9.984,10	32.089,30	37.565,52	18.359,20	27.438,77	**319.210,46**
Contribuições dos Inativos e Pensionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	24.953,57	43.197,20	17.745,26	27.694,67	24.947,57	27.722,44	27.512,86	9.984,10	32.089,30	37.565,52	18.359,20	27.438,77	**319.210,46**
DESPESAS	1.998,90	3.467,54	1.727,61	2.850,18	3.348,70	6.415,64	6.842,44	8.744,57	7.765,30	5.879,10	5.919,12	3.127,22	**58.086,32**
Inativos, Pensionistas e Outras Transferências à Pessoas	1.998,90	3.467,54	1.727,61	2.850,18	3.348,70	6.415,64	6.842,44	8.744,57	7.765,30	5.879,10	5.919,12	3.127,22	**58.086,32**
TOTAL	22.954,67	39.729,66	16.017,65	24.844,49	21.598,87	21.306,80	20.670,42	1.239,53	24.324,00	31.686,42	12.440,08	24.311,55	**261.124,14**

Estância Turística de Holambra, em 29 de Dezembro de 2000.

Antonio Marino Brandão de Almeida
Prefeito Municipal

Elisanita Aparecida de Moraes
Diretor de Finanças

Wilma Zanatta Mazzer

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

AL. MAURÍCIO DE NASSAU, 444 – CEP 13825-000 – Holambra – SP – Tels.: (19) 38021321 / 38021322
C.N.P.J. N.º 67.172.437-0001/83

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

(Artigo 53, Inciso V da LC. 101/00)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

MUNICÍPIO : ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

PERÍODO : 6º BIMESTRE – EXERCÍCIO DE 2000.

Valores expressos em R$

PODER/ÓRGÃO/ENTIDADES	Saldo de Exercícios Anteriores	Movimentação do Exercício			Montante a pagar
		Inscrições(*)	Baixas		
			Cancelamentos	Pagamentos	
Poder Executivo					
- Exercício de 1994	39.061,04	0,00	39.061,04	0,00	0,00
- Exercício de 1995	6.054,42	0,00	6.054,42	0,00	0,00
- Exercício de 1996	12.053,82	0,00	12.053,82	0,00	0,00
- Exercício de 1997	5.729,85	0,00	5.729,85	0,00	0,00
- Exercício de 1998	153.685,06	0,00	129.685,06	0,00	24.000,00
- Exercício de 1999	297.129,12	0,00	263.996,41	13.888,23	19.244,48
- Exercício de 2000	0,00	1.319.401,57	0,00	0,00	1.319.401,57
TOTAIS	**513.713,31**	**0,00**	**456.580,60**	**13.888,23**	**1.362.646,05**

(*) Valores apurados ao final do exercício, a serem lançados no Demonstrativo do último bimestre.

Restos a Pagar no Balancete Despesa, no Balancete Mensal de Dezembro Anexo 17 é de 1.319.402,40

Estância Turística de Holambra, em 29 de Dezembro de 2000.

Antonio Marino Brandão de Almeida
Prefeito Municipal

Elisanita Aparecida de Moraes
Diretor de Finanças

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

AL. MAURÍCIO DE NASSAU, 444 – CEP 13825-000 – Holambra – SP – Tels.: (19) 38021321 / 38021322

C.N.P.J. N.º 67.172.437-0001/83

2784/026/00
86

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

(ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL)

(Art. 54 e 55 da LC 101/00)

MUNICÍPIO: ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

PERÍODO: 3º QUADRIMESTRE DE 2000

Em cumprimento ao que dispõe os artigos 54 e 55 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, publicada no DOU de 5 de maio de 2000, e o contido nas instruções n. 01/00, de 24 de maio de 2000, desse E. Tribunal de Contas, publicada no DOE de 25 de maio de 2000, apresentamos o Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao 3º Quadrimestre do exercício de 2000, contento os dados acumulados com os respectivos comparativos e demonstrativos a seguir:

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		R$ 8.676.077,53	
COMPARATIVOS		VALOR – R$	(%)
- Inciso I, "a"	**Despesas Totais com Pessoal**	5.189.987,13	59,81
	Limite Legal	5.205.646,52	60
	Excesso a Regularizar	0,00	-
	Despesa Líquida com inativos e Pensionistas	3.601,31	0,04
	Limite Legal	1.041.129,31	12
	Excesso a Regularizar		
- Inciso I, "b"	**Dívida Consolidada Contratual**	0,00	-
	Montante da Dívida		
	Limite Legal		
	Excesso a Regularizar		
	Mobiliária	0,00	-
	Montante da Dívida		
	Limite Legal		
	Excesso a Regularizar		
- Inciso I, "c"	**Concessões de Garantias**	0,00	-
	Realizadas no Exercício		
	Limite Legal		
	Excesso a regularizar		
- Inciso I, "d"	**Operações de Crédito**	0,00	-
	Empréstimos e Financiamentos Realizadas no Exercício		
	Limite Legal		
	Excesso a regularizar		
	Antecipação de Receitas Orçamentárias	0,00	-
	Realizadas no Exercício		
	Limite Legal		
	Excesso a Regularizar		
- Inciso II	Medidas adotadas ou a adotar diante dos excessos acima demonstrados:		
	Em vista dos resultados apresentados, não foram adotadas medidas de correção.		

Estância Turística de Holambra, em 29 de Dezembro de 2000.

Antonio Marino Brandão de Almeida
Prefeito Municipal

Elisanita Aparecida de Moraes
Diretor de Finanças

Wilma Zanatta Mazzer
Controle Interno

Prefeitura Municipal de Holambra

(Cidade das Flores)

C.G.C 67.172.437/0001-83
Rua Campo de Pouso, s/nº - Cx. P. - 24 - CEP 13.825-000 - Holambra - Estado de São Paulo
Tels. - (0192) 60-1321 / 60-1322

2784/026/00
87

LEI Nº 189 DE 29 DE AGOSTO DE 1995.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR E EFETUAR O PAGAMENTO DE PREMIOS DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO E DE ACIDENTES PESSOAIS AOS SERVIDORES DAS ADMINISTRAÇOES DIRETA E INDIRETA E AOS AGENTES PÚBLICOS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, **CELSO CAPATO**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e a efetuar o pagamento de Prêmios de Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais aos Servidores das Administraçoes Direta e Indireta e aos demais Agentes Públicos enquanto no exercício do cargo, mediante a realizaçao do competente processo licitatório.

Parágrafo Único - Deverao ser cobertas por este seguro:
I - morte por qualquer causa;
II - morte acidental;
III - invalidez permanente total ou parcial por acidente;
IV - invalidez permanente total por doença.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da aprovaçao desta Lei correrao por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicaçao.

Artigo 4º - Revogam-se as disposiçoes em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 29 de agosto de 1995.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado por afixaçao, no quadro próprio de editais, na portaria da sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Em cumprimento à respeitavel determinação supra fiz elaborar a lei cuja cópia se vê em frente.
Secretaria da Prefeitura Municipal, 29 de 08 de 1995

Responsável pelo Expediente da Secretaria

DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
SETOR TÉCNICO

óloga - Telefone: 1079.

Dos- se
io labrador macho, preto, 820-2437

Telefone
a- se de linha Holambra p/ l (residencial) - Fone para lo, 9771-9277, ou scaria "Deocléciius" mpro piano era bom estado 320-2330 ou 9774-4477

praia c/ piscina, churrasqueira, 3 dorm. e 1 suíte, p/ fins de semana, férias, feriados e temporada, falar c/ Sra. Lurdes pelo telefone: (11) 215-9549/ 274-9120

Empregos

Precisa-se
Com urgência de funcionário (a) para Estufa de Violetas. Tratar com Jô no bairro Palmeira após o Bar do Sr. Arcádio. Comparecer no horário comercial para entrevista e ficha.

PRAX AGROPECUÁRIA LTDA
ossui para venda uma MÁQUINA
DE CLASSIFICAR ROSAS
MARCA OLIMEX.
ressados entrar em contato pelo fone:
54) 232-2911 ou (054) 232-2764.



Valor R$ 60.000,00. Recebe mensalmente de aluguel das 03 casas R$ 700,00.

– 01 Casa com 90 m2 de construção, terreno de 300 m2, no Loteamento Vila Nova, Holambra - SP
Valor R$ 45.000,00. Recebe mensalmente de aluguel R$ 400,00

Interessados ligar para: 820-1860 / 820-2292 / 972-4930

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

COMISSÃO DE LICITAÇÕES - COMUNICA

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, torna público aos interessados que se encontra aberta até o dia 03/04/2.000 às 9:00 horas a TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2.000 tendo por objeto: Fornecimento de combustíveis para veículos desta Prefeitura Municipal durante o exercício de 2.000.

Holambra, 13 de Março de 2.000.

JOÃO BATISTA COSTA.
Presidente da C.A.J.L.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

COMISSÃO DE LICITAÇÕES - COMUNICA

Adjudicação e Homologação da seguinte Licitação:
MODALIDADE: Carta Convite nº. 010/2.000.
OBJETO: Aquisição de Leite Fluido tipo C, sendo aproximadamente 20.000(vinte mil) litros para Merenda Escolar e 15.000(quinze mil) litros para as Creches Municipais, durante o exercício de 2.000.
SETOR: Merenda Escolar e Creche.
PROPONENTE VENCEDOR: "Antônio Augusto Ribeiro Netto Jaguariuna- Me".
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 20.650,00(vinte mil seiscentos e cinquenta reais).

Holambra, 14 de Março de 2.000.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA.
Prefeitura Municipal.

Holanda. Tenho vários.
– Sítio, Chácaras e Fazendas. Tenho várias.
Rua Campo de Pouso, 701 – Centro – Holambra/SP

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

COMISSÃO DE LICITAÇÕES - COMUNICA

Adjudicação e Homologação da seguinte Licitação:
MODALIDADE: Carta Convite nº. 011/2.000
OBJETO: Aquisição de frutas, verduras e legumes conforme relação, para Merenda Escolar, Creche e Gabinete do Prefeito, conforme relação durante o exercício de 2.000.
SETOR: Merenda Escolar, Creche e Gabinete do Prefeito.
PROPONENTE VENCEDOR: "Paulo Roberto Soave- Me".
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais).

Holambra, 14 de Março de 2.000.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

COMISSÃO DE LICITAÇÕES - COMUNICA

Adjudicação e Homologação da seguinte Licitação.
MODALIDADE: Carta Convite nº.012/2.000
OBJETO: Aquisição de Carnes, Embutidos, Frangos e Frios, conforme relação para Merenda Escolar, Creches e Gabinete do Prefeito, por um período de cinco meses.
SETORES: Merenda Escolar, Creche e Gabinete do Prefeito
PROPONENTES VENCEDORES: 1- Francisca Maria Van Mierlo, 2- Sebastião Francisco Guimaro- Me, 3- Sia & Caetano Distribuidora De Carnes Ltda- Me.
VALOR DO CONTRATO: 1- Francisca Maria Van Mierlo R$ 22.852,35 (vinte e dois mil oitocentos e cinquenta e dois reais e trinta e cinco centavos), 2- Sebastião Francisco Guimaro- Me R$ 28.419,53 (vinte e oito mil quatrocentos e dezenove reais e cinquenta e três centavos), 3- Sia & Caetano Distribuidora De Carnes Ltda- Me R$ 15.960,93(quinze mil novecentos e sessenta reais e noventa e três centavos)

Holambra, 15 de Março de 2.000

Antonio Marino Brandão de Almeida
Prefeito Municipal.

2784/026/00
89

Sistema de Transmissão de Laudas "Diário Oficial On-Line"

São Paulo, 13 de Março de 2000, 09:44:21
Diário dos Municípios
Prefeituras

Autenticação do recibo = 6DF75C5C506D3BAB

---

arquivo wif.000: 1154 bytes transmitidos, 1154 bytes no total

---

1 arquivo transmitido

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo S.A.
Departamento de Editoração e Composição

Sistema de Transmissão de Laudas "Diário Oficial On-Line"

São Paulo, 03 de Março de 2000, 11:15:46
Diário dos Municípios
Prefeituras

Autenticação do recibo = 22CD71FD3C8F53E8

---

arquivo wif.000: 3063 bytes transmitidos, 3063 bytes no total

---

1 arquivo transmitido

30

1

Modalidade: CONVITE Nº 004/2.000

Nº do Processo 004/2.000

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
01
de

2784/026/00
93

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

Localidade: HOLAMBRA / SP

Data: ABERTURA: 18/01/2.000 - ENCERRAMENTO: 25/01/2.000 às 10:00 horas

Discriminação: OBJETO: Prestação de Serviços de exames Laboratoriais para o Pôsto de Saúde Municipal, conforme relação, durante o exercício de 2.000.

SETOR: Saúde

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (19) 820-1321 / 820-1322
C.N.P.J. Nº 67.172.437/0001-83

2784/026/00
94

Holambra, 18 de Janeiro de 2.000

À sua excelência o Senhor Antônio Marino Brandão de Almeida

Digníssimo Prefeito Municipal de Holambra
Nesta

Senhor Prefeito,
Tem por fim a presente, respeitosamente solicitar de Vossa Excelência autorização para o seguinte: Prestação de serviço de exames laboratoriais para o posto de Saúde Municipal, conforme relação, durante o exercício de 2.000.
Setor: Saúde

Valor aproximado do serviço : R$ 45.000,00

Esperando ser atendido, antecipo meus melhores agradecimentos

Atenciosamente.

Setor
Dr Paulo César Madi
Diretor de Saúde

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (19) 820-1321 / 820-1322
C.N.P.J. Nº 67.172.437/0001-83

2784/026/00
95

Senhor Encarregado do Setor de Empenho,

Manifeste-se quanto à existência de dotação orçamentaria hábil à satisfação da despesa a que se refere o presente expediente.

G.P., 18 de Janeiro de 2.000.

ANTÔNIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (19) 820-1321 / 820-1322
C.N.P.J. Nº 67.172.437/0001-83

2784/026/00
96

À sua excelência o Senhor Antônio Marino Brandão de Almeida,

Referente a dotação orçamentária para satisfação do objeto:
Prestação de serviço de exames laboratoriais para o Posto de Saúde Municipal, conforme relação, durante o exercício de 2.000.

Código - 3132
6.1. - 13754282.026.000

Setor: Saúde

Valor: R$ 200.000,00

Contadoria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 18 de Janeiro de 2.000.

Wilma Zanetta Mazzer
Técnico Contábil
CRC 1 SP 118.420/0-1

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (19) 820-1321 / 820-1322
C.N.P.J. Nº 67.172.437/0001-83

Prefeitura Municipal da Estância Turística
05
de
Holambra

À Comissão de Licitações,

À vista da informação referente a dotação orçamentária, solicito suas dignas providência no sentido de proceder à abertura da licitação em apreço, na forma da legislação à espécie.

G.P., 18 de Janeiro de 2.000.

ANTÔNIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al.: Maurício de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-13[illegible] 820-[illegible]

C.G.C 67.172.437/0001-83

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra
06
da
Holambra

PORTARIA Nº 070 DE 02 DE JULHO DE 1999.

NOMEIA E CONSTITUI A COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Ficam designados JOÃO BATISTA COSTA, RG Nº 17.564.842-6, ELISANITA APARECIDA DE MORAES, RG Nº 21.820.045-6, MARCIA DE CAMPOS, RG Nº 27.588.870-8, SIMONE APARECIDA DA SILVA CAMPOS, RG Nº 21.823.447 E ANTONIO DE SOUZA FRANCO, RG Nº 2.233.775 para comporem a COMISSÃO DE LICITAÇÕES do Município de Holambra.

Artigo 2º - Ficam os membros designados sob a presidência do Sr. JOÃO BATISTA COSTA, que terá plenos poderes para assinatura de editais.

Artigo 3º - Os designados executarão todas as tarefas atinentes a função.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 165 de 02.07.98.

Prefeitura Municipal de Holambra, 02 de Julho de 1999.

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicada por afixação, no quadro próprio de editais, na portaria de sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
Chefe do Expediente e Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

07

EDITAL DO CONVITE N.º 004/2.000

1.0 - Preâmbulo

1.1 **A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA**, através do setor: Saúde, situada à Alameda Maurício de Nassau, n.º 444 - Holambra, São Paulo, convida a proponente para participar do presente certame licitatório, a modalidade de convite com regime de execução por preço unitário, do tipo MENOR PREÇO, o qual será processada e julgada em consonância com a Lei n.º 8.666/93, de 21.06.1993 (atualizada pela lei n.º 8.883 de 08/06/1994).

1.2 Para recebimento do **envelope** HABILITAÇÃO E PROPOSTA, fica determinado o dia 25 de Janeiro de 2.000, até as 10:00 horas, o qual deverá ser entregue na secretaria da Comissão de Julgamento de Licitações, no endereço acima mencionado.

1.3 O inicio da abertura do envelope PROPOSTA ocorrerá ás 10:00 horas no mesmo endereço e no mesmo dia mencionado no item 1.2.

2.0 - OBJETO

2.1 Prestação de serviços de exames laboratoriais, para o Posto de Saúde Municipal, conforme relação, durante o exercício de 2.000.

3.0 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Além das empresas convidadas pela Administração, poderão participar do presente certame Licitatorio, empresas interessadas, cadastradas na correspondente especialização que manifestarem interesse com antecedência de até 24 horas, antes do prazo previsto para entrega das propostas.

4.0 - DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO:

4.1 Os envelopes contendo os documentos de Habilitação e as propostas de Preços, deverão ser entregues na data, horário e local mencionados no item 1.2 deste Edital, separadamente, tendo o primeiro envelope o subtítulo HABILITAÇÃO e o segundo o subtítulo PROPOSTA DE PREÇOS, os quais deverão ser lacrados (fechados) e conter ainda na parte externa e frontal, além da Razão Social da Empresa e endereço completo da proponente, os seguintes dizeres:

CONVITE N.º 004/2.000
ENVELOPE N.º 01 - HABILITAÇÃO
Data e Horário

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

Prefeitura Municipal da Estância Turística
08
de
Holambra

4.2 - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS)
Prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)
Comprovação do Cartão de CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas)
Alvará de vigilância sanitária

4.3 O Envelope n.º 01 HABILITAÇÃO, deverá conter, obrigatoriamente, os documentos mencionados no item 4.2, os quais poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da licitadora.

Nota: A aceitação de documentos sob a forma de fotocópia devidamente acompanhada do respectivo original, fica vinculada ao acondicionamento de ambos no envelope n.º 01

CONVITE N.º 004/2.000
ENVELOPE N.º 02 - PROPOSTAS DE PREÇOS
Data e horário de encerramento

5.0 - ENVELOPE PROPOSTA

5.1. O envelope Proposta deverá conter:

5.1.1 A proposta propriamente dita, datilografa ou digitada redigida em Português em forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, assinada em seu final pelo responsável legal da proponente, conterá .

5.1.2 Razão Social, endereço completo;

5.1.3 Número do Convite;

5.1.4 Descrição do objeto da Licitação, conforme relação de exames anexo:

5.1.5 Preço ofertado, em moeda nacional por exame, incluindo os tributos incidentes;

5.1.6 Assumir compromisso da rotina da Coleta do material em prédio próprio localizado no perímetro urbano do Município licitante; de acordo com a demanda, arcando inclusive com os custos dos insumos materiais e de R.H.

5.1.7 A coleta de rotina será efetuada no perímetro da manhã de segunda a sexta - feira .
A coleta de urgência/emergência será efetuada 24 horas por dia, todos os dias da semana, e para tanto a proponente deverá manter um canal de comunicação efetivo.

A entrega dos resultados dos exames seguirá o seguinte cronograma:

a) exames de urgência/emergência: o mínimo de tempo possível, após a recepção do material.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

Prefeitura Municipal da Estância Turística
09
Holambra

b) exames de rotina: seguirá a rotina do laboratório, será o mais rápido possível, porém, não excedendo a 07 (sete) dias.

5.1.8 O Laboratório que vencer terá que:

Manter a prestação de serviços após o vencimento do atual até o Convite seguinte, mantidas as condições da proposta apresentada.

5.1.9 Prazo de prestação de serviços: durante o exercício de 2.000;

5.1.10 Condições de pagamento: mensal, até 30 (trinta) dias após a apresentação Nota Fiscal e relação dos Exames realizados no mês.

5.1.11 Local, data, assinatura e identificação do signatário.

6.0 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO

6.1 O presente convite será processado e julgado de acordo com o procedimento estabelecido no Art. 43 da Lei n.º 8.666/93.

6.1.1 No dia, local e horário destinados no preâmbulo, na presença dos licitantes ou de seus representantes legais, que comparecerem ao ato, a comissão iniciará os trabalhos, examinando os envelopes HABILITAÇÃO E PROPOSTA, os quais serão rubricados pelos seus componentes e representantes presentes, processando-se a seguir a sua abertura.

6.1.2 Após aberto os envelopes, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões;

6.1.3 As propostas serão examinadas e rubricadas pelos membros e proponentes presentes, procedendo-se a leitura das mesmas;

6.1.3.1 As propostas que apresentarem erros manifestos e cálculos serão corrigidas automaticamente pela Comissão;

6.2 Critérios do Julgamento.

6.2.1 DESCLASSIFICAÇÃO:

6.2.1.1 Serão desclassificadas as propostas que:

a) não obedecerem as condições estabelecidas no Edital;

b) apresentarem preços manifestados inexeqüíveis ou excessivos tendo-se por base aqueles praticado no mercado.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

10

6.2.1.2 Se todas a propostas forem desclassificadas por omissões ou irregularidades que causem prejuízos á Administração ou aos concorrentes, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 03 (três) dias úteis para representação de outras.

6.2.2 CLASSIFICAÇÃO

6.2.2.1 As propostas consideradas aceitáveis serão analisadas pela comissão que fará a classificação globalmente levando-se em conta exclusivamente o menor preço:

a) No caso de empate das propostas, será realizado sorteio para definição da vencedora, em dia, horário previamente divulgado, com a presença dos Membros da Comissão, sendo necessariamente convocados os licitantes empatados.

6.3 Adjudicação e Homologação

6.3.1. A comissão fará a adjudicação a primeira classificada.

6.3.2 Adjudicado o objeto, a comissão, após decorridos o prazo de 03 (três) dias úteis para interposição de recursos do julgamento do mesmo, submeterá à proposta vencedora à Homologação.

7.0 - PRAZO E CONDIÇÕES PARA A ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DO DOCUMENTO EQUIVALENTE.

7.1 O proponente vencedor deverá assinar o instrumento contratual ou retirar o documento equivalente no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos, a partir do comunicado expedido pela Administração.

7.2 Nos termos do Art. 64 da Lei n.º 8.666/93, poderá a Administração, quando o convocado se recusar a assinar o contrato ou retirar o documento equivalente, no prazo estabelecido, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para faze-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto ao revogar a licitação, independentemente da comunicação pelo Art. 81 da Legislação citada.

8.0 - EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

8.1 O objeto da licitação deverá ser executado conforme ordem do serviço emitido pelo Posto de Saúde Municipal.

8.2 O prazo máximo para execução de serviço será de até 07 (sete) dias do pedido, sendo os serviços executados ao longo do ano mediante ordem de serviço.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (019) 820 1321 / 820 1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

Prefeitura Municipal da Estância Turística
11
de
Holambra

9.0 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado mensalmente, através da fiscalização do Departamento de Saúde do Município .

10. 0 - SANÇÕES

10.1 Pela recusa injustificada em assinar o termo contratual ou em retirar o documento equivalente, dentro do prazo estabelecido, será aplicada multa correspondente a 20 (vinte) por cento do valor do Contrato, além da suspensão de 01 (um) ano de licitar ou contratar junto a esta Prefeitura.

10.2 Pelo descumprimento das condições estabelecidas no ajuste, a contratada fica sujeita as seguintes penalidades:

10.2.1 Pelo atraso injustificado na execução do objeto da licitação:

a) Até10 (dez) dias multa de 1% (um por cento) sobre o valor da obrigação por dia de atraso;

b) Superior a 10 (dez) dias multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da obrigação por dia de atraso;

11.0 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 Somente serão aceitos os recursos previstos na Lei n.º 8.666/93 art. 109, seus incisos e parágrafos, os quais deverão ser protocolados e dirigidos a Comissão de Licitação no endereço mencionado no preâmbulo.

12.0 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Compõem o presente Convite:

a) Minuta do Contrato;

b) Relação de Exames

13.0 - DO HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTO.

13.1 Será afixado para conhecimento e consulta dos interessados no quadro de avisos da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra o resumo deste convite, sendo fornecidas cópias do texto completo aos que assim desejarem, até 24 horas antes do prazo marcado para entrega do envelope proposta.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (019) 820-1321 / 820-132
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

13.2 Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos pela Comissão de Licitações dessa Prefeitura no endereço mencionado no preâmbulo, no horário das 8:00 às 17:00 horas, até o último dia indicado para entrega do envelope proposta.

Holambra, 18 de Janeiro de 2.000.

JOÃO BATISTA COSTA
Presidente da C.A.J.L.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
DEPARTAMENTO DE SAÚDE

13

RELAÇÃO DE EXAMES PARA LICITAÇÃO

Item	Cód. SUS	Descrição dos Exames
1	470-7	Ácido Úrico
2	471-5	Cálcio
3	472-3	Colesterol Total
4	473-1	Cloro
5	474-0	Creatinina
6	475-8	Fósforo – Dosadem
7	476-6	Glicose
8	477-4	Lipídios Totais
9	478-2	Potássio
10	479-0	Proteínas Totais e Fraç.
11	480-4	Sódio
12	481-2	Uréia
13	482-0	Amilase
14	483-9	Bilirrubinas T.E Frações
15	484-7	Capacidade de Fix. de Ferro
16	485-5	Fosfatase Alcalina
17	486-3	Lipase
18	490-1	Transaminase Glutâmica PIR.
19	491-0	Transamminase Oxalacética (TGP)
20	492-8	Clearance de Creatinina
21	494-4	Frações do Colesterol
22	495-2	Ferro Sérico
23	496-0	Gama GT
24	498-7	Triglicerideos
25	500-2	Bioquimica I
26	502-9	Bioquimica II
27	504-5	Bioquimica III
28	506-1	Bioquimica IV
29	507-0	Hemoglobina Glicosilada
30	508-8	Bioquimica V
31	509-6	Aluminio Sérico
32	510-0	Bioquimica VI
33	511-8	Bioquimica VII
34	512-6	Exame de Esperma
35	513-4	Exame Parasitológico de Fezes
36	514-2	Exame de Fezes I
37	516-9	Exame de Fezes II
38	517-7	Velocidade de Hemos –VHS
39	518-5	Hematologia I
40	519-3	Temp. E ATIV. Protrombínica (PTA)
41	520-7	Hematologia II
42	521-5	Tipagem p/ Grupo Sang. ABO E RH
43	522-3	Hematologia III
44	523-1	Hemograma Completo
45	524-0	Hematologia IV
46	525-8	Coágulo e Cont. de Plaquetas
47	526-6	Hormônios I
48	528-4	Hormônios II (RIE)

ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SOCORRO
14
JURÍDICO
PREFEITURA

49	530-4	Hormônios III (RIE)
50	531-2	Dosagem do Paratormônio (PTH)
51	532-0	Hormônios IV
52	534-7	Hormônios V (RIE)
53	536-3	Hormônios VI (RIE)
54	537-1	Imunossupressor (RIE)
55	538-0	Imunologia I
56	540-1	Imunologia II
57	542-8	Imunologia III
58	544-4	Imunologia IV
59	545-2	Pesquisa Sorológia p/ HbsAG
60	546-0	Pesquisa Sorológica p/ ANTI HBS
61	547-9	Pesquisa Sorológica p/ ANTI HCV
62	548-7	Imunologia VI
63	550-9	Líquido Aminiótico I
64	552-5	Líquido Aminoótico II
65	554-1	Líquido Sinovial e Derrames I
66	556-8	Líquido Sinovial e Derrames II
67	558-4	Liquor I
68	560-6	Liquor II
69	562-2	Microbiologia I
70	563-0	Antibiogrma
71	564-9	Microbiologia II
72	565-7	Cultura de Urina c/ Contag. Colo
73	566-5	Microbiologia III
74	567-3	Elementos Anormais e Sed. Urina
75	568-1	Urina I
76	569-0	Proteinuria de 24 Horas
77	570-3	Urina II
78	572-0	Suco Gástrico
79	575-4	Imunofeno Tipagem Hemopat. Mal.
80	576-2	Citogenética I
81	577-0	Dosagem Antígeno Prost. Esp. PSA
82	578-9	Citogenética II
83	794-3	Ressonância Magnética do Joelho – Unilateral
84	795-1	Ressonância Magnética do Plexo Branquial – Unilateral
85	796-0	Ressonância Magnética do Tórax
86	797-8	Ressonância Magnética de coração ou aorta c/ Cine -RM

Paulo César Madi
CRM 28.757

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 - CEP 13825-000 - Holambra - SP - Tels.: (019) 820-1321 - 820-1322
C.G.C.(M.F.) Nº 67.172.437/0001-83

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
15
JURÍDICO

MINUTA DO CONTRATO N.º...../.....

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, situada a Alameda Maurício de Nassau, 444, na cidade de Holambra, Estado de São Paulo, com CGC n.º 67.172.437/0001-83, neste ato representada pelo Sr. **ANTÔNIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA** que este subscreve, daqui para frente denominada simplesmente *CONTRATANTE* e, a Empresa ....., inscrita no CGC n.º ....., Inscrição Municipal n.º..... com sede à Rua:....., n.º.....Bairro.....Cidade ....., representada pelo Sr....., portador da cédula de identidade R.G. n.º ..... que também subscreve, doravante denominada de *CONTRATADA*, têm entre si justo e contratada para prestação de serviço de exames laboratoriais, por força do Convite n.º 004/2.000 , que regerá pelas cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

Constitui objeto deste Contrato a Prestação de serviços de exames laboratoriais, para o Posto de Saúde Municipal, conforme relação, durante o exercício de 2.000.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução do presente CONTRATO é de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR DO CONTRATO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O Valor Total do presente Contrato é de , R$..... (.....), sendo que o pagamento será efetuado mensalmente, até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal e relação dos Exames realizados no mês.

Parágrafo I - Os preços previstos nas propostas não poderão ser reajustados durante todo o período, exceto quando justificado e comprovado o aumento excessivo dos produtos.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

O início dos serviços será imediato após assinatura do Contrato, conforme a necessidade da CONTRATANTE, durante o exercício de 2.000.